



Rede Teatros e Cineteatros Portugueses

Estudo de Impacto da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP)

Relatório final, julho de 2026

Relatório final – Estudo de Impacto da Rede de
Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP)

julho, 2026



Ficha técnica

Título:

Relatório final – Estudo de Impacto da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP)

Versão do documento:

Relatório final

Coordenação científica:

Universidade de Aveiro

Filipe Teles

Equipa técnica:

Universidade de Aveiro

Filipe Teles

João José Lourenço Marques

José Carlos Mota

Monique Borges



Índice

Resumo executivo	6
1. Enquadramento.....	8
2. Metodologia	8
2.1. Procedimento de investigação	8
2.2. Fontes de informação e estrutura de dados.....	9
2.3. Dimensões de análise	12
3. RTCP: caracterização, dinâmicas e desafios	14
3.1. Evolução e composição da Rede	14
3.2. Estrutura e modelo de financiamento da RTCP	17
3.3. Perfil artístico e organizacional dos equipamentos apoiados.....	22
3.4. Dinâmicas de cooperação e circulação artística	26
Cooperação formal e cooperação efetiva.....	26
Artistas em circulação	29
Apoios e equipas técnicas de colaboração.....	32
4. Conclusões e recomendações	34
4.1. Leitura integrada: modelo efetivo de governação, assimetrias e sustentabilidade da RTCP	34
4.2. Conclusões transversais	38
4.3. Recomendações estratégicas e operacionais	39
Dimensão 1 — Governação, coordenação e participação	39
Dimensão 2 — Monitorização, avaliação e aprendizagem institucional.....	41
Dimensão 3 — Cooperação, circulação e intermediação.....	42
Dimensão 4 — Equidade territorial, capacitação e diversidade programática	43
Dimensão 5 — Mediação, públicos e valor público da cultura	45
Dimensão 6 — Sustentabilidade laboral, capacidade técnica e condições de funcionamento	46
4.4. Agenda operacional de implementação	47
4.5. Matriz operacional por dimensão.....	48
4.6. Síntese final.....	49



ANEXO I - Campos do formulário de candidatura aos apoios da RTCP	50
ANEXO II - Campos dos Relatórios Anuais de Execução das entidades apoiadas	51
ANEXO III – Questionário aplicado às entidades credenciadas	52
ANEXO IV – Matriz de triangulação analítica	61
ANEXO V – Perfis analíticos das entrevistas	61

Lista de figuras

Figura 1. Modelo analítico	9
Figura 2. Distribuição geográfica dos 103 Equipamentos Culturais Credenciados (à data de Julho 2025)	15
Figura 3. Respostas das entidades ao questionário aplicado – Pergunta: Desde a integração na RTCP, considera que houve alterações em quais dimensões	16
Figura 4. Municípios com entidades apoiadas pela RTCP	19
Figura 5. Municípios com entidades não apoiadas pela RTCP	19
Figura 6. Respostas das entidades ao questionário aplicado – Pergunta: A RTCP contribuiu para alguma das seguintes mudanças na sua entidade?	22
Figura 7. Candidaturas apoiadas por área artística nos concursos de 2021, 2023 e 2025	23
Figura 8. Distribuição das funções no caso de equipas não-residentes (1º concurso, 2021)	24
Figura 9. Distribuição territorial das parcerias por município, distinguindo colaborações com entidades pertencentes à RTCP (a amarelo) e com entidades externas à Rede (a azul) – 1º e 2º concurso	28
Figura 10. Municípios com artistas em circulação (critério: n.º de artistas que atuaram em mais de um município, 1º e 2º concurso)	31
Figura 11. Respostas das entidades ao questionário aplicado – Pergunta: A integração na RTCP influenciou de alguma forma os critérios de programação artística da sua entidade? (pode escolher mais do que uma opção)	31

Lista de tabelas

Tabela 1. Fontes de evidência	12
Tabela 2. Mecanismos de cooperação	33



Tabela 3. Modelo de Governação: funções e riscos	34
Tabela 4. Modelo de Governação: atores, funções e poder	35
Tabela 5. Modelo de Governação: assimetrias e efeitos.....	36
Tabela 6. Cenários de evolução da RTCP	37
Tabela 7. Resultados e implicações	38
Tabela 8. Agenda operacional de implementação	47
Tabela 9. Matriz operacional por dimensão	48

Resumo executivo

Este documento apresenta uma análise integrada dos efeitos da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) enquanto instrumento de política pública cultural, territorial e cooperativa. A análise articula informação administrativa, dados dos concursos de apoio, relatórios anuais, resultados do questionário às entidades credenciadas e entrevistas semiestruturadas a atores com diferentes posições no ecossistema da Rede. Esta combinação permite caracterizar a evolução da RTCP, identificar os seus efeitos institucionais e territoriais e compreender os mecanismos que explicam tanto os seus resultados positivos como os seus limites atuais.

A RTCP deve ser entendida como um instrumento híbrido de política pública: simultaneamente mecanismo de financiamento, sistema de credenciação e reconhecimento, dispositivo de coordenação territorial, incentivo à programação regular, infraestrutura de visibilidade e plataforma ainda incompleta de cooperação cultural. Esta natureza composta é uma das suas principais forças, mas também explica algumas das suas tensões, uma vez que a Rede combina objetivos financeiros, institucionais, artísticos, relacionais e territoriais que nem sempre evoluem ao mesmo ritmo.

A Rede registou uma expansão significativa desde a sua criação formal em 2021, atingindo 103 equipamentos culturais credenciados em 2025. A distribuição territorial revela ainda concentrações relevantes nas regiões Centro e Norte, mas também uma presença crescente em territórios de menor densidade e em municípios com menor tradição de programação regular. Este processo sugere uma territorialização cultural progressiva: a RTCP não se limita a apoiar equipamentos, contribuindo também para produzir reconhecimento, presença institucional e capacidade cultural em territórios com recursos muito desiguais.

A dimensão financeira revela um modelo híbrido e interdependente. O apoio da DGArtes representa, em média, cerca de 39% das despesas totais das entidades apoiadas, sendo complementado por apoios municipais, receitas próprias e outras fontes públicas e privadas. Este financiamento tem efeitos diretos sobre escala, regularidade, planeamento, risco artístico e estabilidade programática. Contudo, a coexistência entre entidades credenciadas apoiadas e não apoiadas evidencia o risco de uma Rede a duas velocidades: uma parte programaticamente ativa e financiada, e outra reconhecida institucionalmente, mas com menor capacidade para cooperar, programar e consolidar equipas.

A cooperação constitui uma dimensão central, mas ainda em maturação. Os dados sobre parcerias, coproduções e circulação artística indicam sinais consistentes de articulação, embora frequentemente ancorados em proximidade territorial, relações prévias, candidaturas formais e oportunidades específicas. A análise qualitativa permite precisar esta leitura: a cooperação formal já existe, mas a cooperação efetiva - entendida como continuidade, confiança, interdependência, partilha de recursos, circulação inter-regional e aprendizagem coletiva - permanece desigual e insuficientemente institucionalizada.

Persistem assimetrias territoriais, institucionais, financeiras, profissionais, disciplinares e simbólicas. A RTCP mitiga desigualdades ao financiar programação, credenciar equipamentos e abrir canais de visibilidade, contacto e reconhecimento fora dos principais centros culturais. Mas pode também reproduzir vantagens acumuladas se os critérios, os incentivos e os instrumentos de acompanhamento não forem suficientemente diferenciados. A sustentabilidade futura da Rede dependerá menos da mera continuidade financeira e mais da sua capacidade de evoluir para uma política de segunda geração, mais institucionalizada, mais orientada para a



aprendizagem, mais atenta à mediação cultural, à diversidade disciplinar, à autonomia programática e às condições de trabalho que tornam possível a programação.

Neste sentido, o relatório recomenda uma agenda de consolidação assente no reforço da monitorização e avaliação, na criação de capacidade orgânica dedicada à coordenação da RTCP, na promoção de cooperação plurianual e inter-regional, na intermediação qualificada entre equipamentos e estruturas artísticas, no acompanhamento específico dos equipamentos credenciados sem apoio, na redução de assimetrias territoriais, na calibração dos critérios para evitar efeitos perversos, no reforço da mediação cultural, na integração da sustentabilidade laboral e na melhoria da comunicação pública do valor cultural, social, educativo e territorial da Rede.

1. Enquadramento

O presente relatório decorre do Estudo de Impacto da RTCP que está a ser conduzido no âmbito do Acordo de Parceria estabelecido entre a Direção Geral das Artes (DGArtes) e a Universidade de Aveiro, cujos objetivos são:

- analisar como a visão estratégica da RTCP se tem vindo a materializar, nomeadamente no âmbito das práticas de cooperação institucional entre os diferentes níveis de administração;
- identificar se e de que modo este mecanismo de descentralização e desconcentração territorial contribui para a coesão territorial e corrige assimetrias regionais;
- avaliar se o mesmo incentiva o acesso às artes como fator no desenvolvimento;
- avaliar potenciais transformações relacionadas com a implementação da Rede nos territórios onde os equipamentos estão sedeados;
- contribuir para estruturar respostas e orientar futuros desenvolvimentos no desenho ou melhoria de instrumentos e quadros de referência de políticas públicas neste domínio.

2. Metodologia

A metodologia foi delineada a partir de um processo de articulação técnica e institucional entre a equipa de investigação da Universidade de Aveiro (UA) e a Direção-Geral das Artes (DGArtes), com o objetivo de garantir a adequação entre os objetivos supramencionados, as fontes de informação disponíveis e as condições técnicas de acesso e tratamento dos dados. Este processo permitiu clarificar o tipo de informação existente, a sua organização e os potenciais contributos para a análise dos efeitos da RTCP. No âmbito deste diálogo, procurou-se assegurar um equilíbrio entre as necessidades analíticas do estudo e as condições de acesso, confidencialidade e fiabilidade associadas aos dados administrativos da DGArtes.

2.1. Procedimento de investigação

O desenvolvimento do estudo decorreu de forma sequencial e cumulativa, articulando diferentes fontes e métodos de recolha de informação. Numa primeira fase procedeu-se à identificação, recolha e sistematização da informação administrativa e documental disponibilizada pela DGArtes, permitindo caracterizar o universo das entidades credenciadas e construir a base empírica do estudo.

Numa segunda fase foram analisadas as características institucionais, organizacionais e programáticas das entidades que integram a RTCP, bem como os seus padrões de financiamento, cooperação e evolução ao longo dos diferentes ciclos de credenciação e apoio.

Posteriormente, foram desenvolvidos e aplicados instrumentos de recolha de informação complementar, designadamente um questionário dirigido às entidades credenciadas e um conjunto de entrevistas semiestruturadas a atores relevantes do ecossistema da RTCP. Estes instrumentos permitiram aprofundar a compreensão dos resultados obtidos através da análise documental e administrativa, bem como explorar dimensões relacionadas com a governação, a cooperação, os desafios de implementação e as perspetivas de evolução da Rede.

Esta componente qualitativa não foi mobilizada apenas como ilustração narrativa dos resultados, mas como instrumento de interpretação dos mecanismos subjacentes aos padrões observados

nos dados documentais e quantitativos. A integração das entrevistas permite compreender como diferentes atores percebem a RTCP, que constrangimentos identificam no seu funcionamento e que condições consideram necessárias para a sua consolidação futura.

A articulação entre estas diferentes etapas permitiu construir uma leitura integrada da RTCP, combinando a caracterização das entidades e das suas atividades com a análise das perceções, experiências e desafios identificados pelos diferentes atores envolvidos.

Figura 1. Modelo analítico



2.2. Fontes de informação e estrutura de dados

A principal fonte de informação utilizada neste estudo é constituída pela documentação administrativa associada à RTCP, nomeadamente os processos de candidatura, planos de atividade e relatórios anuais das entidades apoiadas. Estes documentos oferecem uma base sólida para a caracterização das entidades, das suas equipas técnicas e artísticas, bem como das dinâmicas de programação, gestão e cooperação cultural.

Complementarmente, sempre que se considerou pertinente e foi possível obter informação detalhada, foram mobilizadas outras fontes de referência, incluindo relatórios institucionais, bases de dados secundárias e informação de enquadramento disponibilizada pela DGARTES e pelas entidades que integram a RTCP. A integração destas diferentes fontes procurou assegurar uma leitura abrangente e coerente do funcionamento da Rede e da sua evolução.

Importa reforçar que o desenho metodológico teve em consideração as condições técnicas e institucionais associadas ao acesso e tratamento da informação. A partilha integral da informação submetida pelas entidades revelou-se tecnicamente inviável, em virtude das limitações associadas à plataforma de gestão dos processos de candidatura e acompanhamento. Verificou-se igualmente a inexistência de dados sistematizados relativos ao período anterior à constituição da RTCP. Embora subsistam registos dispersos de candidaturas e programas de

apoio anteriores, estes não se encontram organizados numa base de dados estruturada e comparável, o que limita a possibilidade de análises longitudinais diretas entre períodos anteriores e posteriores à criação da Rede.

Estas condicionantes justificam as opções metodológicas adotadas, que privilegiaram a análise das candidaturas submetidas, dos planos anuais de atividade e dos relatórios anuais produzidos ao longo dos diferentes ciclos de financiamento. Considera-se que, face aos dados disponíveis, estas constituem as fontes mais adequadas para observar a evolução das entidades credenciadas e identificar tendências associadas ao desenvolvimento da RTCP.

Para efeitos de sistematização e análise, os dados foram organizados em formatos compatíveis com análise estatística e relacional, facilitando a articulação entre diferentes conjuntos de informação. Sempre que aplicável, procedeu-se à comparação entre entidades credenciadas com apoio financeiro e entidades credenciadas sem apoio, permitindo uma análise mais fina dos diferentes perfis institucionais e modelos de funcionamento existentes no universo da Rede.

Até ao momento da elaboração do presente relatório, os dados disponibilizados pela DGArtes incluem:

- Base de Dados dos equipamentos credenciados pela RTCP;
- Base de Dados com indicadores extraídos do formulário de candidatura aos apoios (ver anexo 1), relativamente ao 1º Concurso (2021), ao 2º Concurso (2023) e ao 3º Concurso (2025);
- Relatório Anual da RTCP de 2023-2024 e de 2024-2025;
- Relatórios Anuais de Execução das entidades apoiadas (do 1º concurso).

A estas fontes acrescem os resultados de um questionário aplicado às entidades credenciadas da RTCP entre 30 de março e 30 de abril de 2026. Foram recolhidas 109 respostas, das quais 86 foram consideradas válidas para efeitos de análise global, correspondendo a questionários integralmente preenchidos. Não obstante, sempre que metodologicamente adequado, foram também consideradas respostas parciais em dimensões específicas, desde que o conjunto de questões correspondente se encontrasse suficientemente completo para permitir uma interpretação consistente. Esta opção permitiu maximizar o aproveitamento da informação recolhida sem comprometer a robustez analítica dos resultados.

O perfil dos respondentes evidencia uma cobertura territorial e institucional diversificada, ainda que marcada pelo peso das estruturas municipais. As respostas distribuem-se por todas as regiões, com maior expressão no Centro (29,4%) e no Norte (22,9%), mas incluindo também equipamentos do Alentejo (15,6%), Lisboa (12,8%), Oeste e Vale do Tejo (11%), Algarve e regiões autónomas. Do ponto de vista territorial, 27,5% dos equipamentos respondentes situam-se em municípios predominantemente rurais ou de baixa densidade, o que confere relevância ao questionário para a análise dos objetivos de coesão territorial da RTCP. A maioria das entidades gestoras corresponde a municípios (78%), sendo predominantes os equipamentos de média dimensão (57,8%) e as equipas permanentes até 10 pessoas (56,9%). Estes dados confirmam que o questionário capta sobretudo a realidade de equipamentos culturais de escala municipal e intermédia, com recursos organizacionais diferenciados, mas frequentemente limitados.

Embora a informação documental e os resultados do questionário permitam produzir uma caracterização robusta da RTCP e identificar padrões relevantes de funcionamento, estas fontes apresentam limitações na compreensão dos mecanismos que explicam os fenómenos

observados. Em particular, permanecem questões relacionadas com a natureza efetiva da RTCP enquanto instrumento de política pública, com os modelos de governação que sustentam o seu funcionamento, com os fatores que condicionam a cooperação entre entidades e com as perspetivas de sustentabilidade futura da Rede.

Com o objetivo de aprofundar estas dimensões, foi desenvolvido um componente qualitativo assente na realização de entrevistas semiestruturadas a atores com diferentes posições e níveis de envolvimento na RTCP. As entrevistas procuraram complementar a evidência quantitativa e documental, permitindo compreender processos, interpretações, motivações e constrangimentos que não são diretamente observáveis através dos restantes instrumentos de recolha de informação.

Foram realizadas 9 entrevistas entre 6 de maio e 10 de julho de 2026, envolvendo atores com diferentes posições institucionais e níveis de intervenção na RTCP. A seleção dos participantes seguiu uma lógica de heterogeneidade funcional e organizacional, procurando captar perspetivas complementares sobre o funcionamento da Rede. O conjunto de entrevistados integrou representantes da administração central, responsáveis políticos locais, entidades credenciadas, com e sem apoio financeiro, e agentes do sistema artístico com experiência relevante nos domínios da produção, programação, circulação artística e cooperação cultural.

A construção do guião de entrevista foi orientada por um conjunto de questões analíticas emergentes da análise preliminar dos dados documentais e do questionário. Entre estas destacam-se a natureza da RTCP enquanto instrumento de política pública, os modelos de governação e distribuição de poder, a distinção entre cooperação formal e cooperação efetiva, o papel das assimetrias estruturais entre entidades e as condições de sustentabilidade e evolução futura da Rede. Estas dimensões não foram tratadas como hipóteses fechadas, mas como áreas de aprofundamento destinadas a compreender de forma mais completa os resultados observados nas restantes fases do estudo.

A análise não assenta em citações literais extensas, mas numa leitura substantiva dos padrões discursivos, dos temas recorrentes, das tensões identificadas e dos mecanismos de funcionamento descritos. O objetivo foi transformar evidência qualitativa em conhecimento útil para avaliação, desenho e recomendação de política pública.

A integração destas diferentes fontes de evidência (Tabela 1) reforça a robustez metodológica do relatório ao combinar caracterização empírica, perceções agregadas e interpretação qualitativa dos mecanismos de funcionamento da RTCP.



Tabela 1. Fontes de evidência

Fonte de informação	Tipo de evidência	Função analítica no relatório
Dados administrativos e candidaturas	Caracterização institucional, territorial, financeira, programática e relacional das entidades.	Permitem identificar composição da Rede, apoios, modalidades de intervenção, parcerias declaradas e padrões de circulação.
Relatórios anuais da RTCP e das entidades	Informação de execução, acompanhamento, formação, encontros, atividades e evolução dos instrumentos.	Permitem observar processos de institucionalização, monitorização e continuidade.
Questionário às entidades credenciadas	Perceções agregadas sobre reconhecimento, cooperação, programação, capacidades e influência da Rede.	Permite validar padrões observados e identificar efeitos percecionados pelas entidades.
Entrevistas semiestruturadas	Narrativas, mecanismos, constrangimentos, interpretações e expectativas de diferentes atores.	Permitem explicar como e por que razão os efeitos ocorrem, que assimetrias persistem e que instrumentos são necessários.

2.3. Dimensões de análise

Atendendo à natureza e estrutura da informação disponível, a análise adota uma abordagem longitudinal, centrada na observação das alterações introduzidas pelas entidades ao longo dos ciclos de programação e financiamento. Esta opção metodológica permite acompanhar a evolução das práticas, identificar padrões de transformação e compreender fatores que contribuem para o reforço das dinâmicas culturais em rede.

A estratégia definida baseia-se, assim, em quatro princípios fundamentais:

- Consistência analítica, orientada pelos dados efetivamente disponíveis e pela sua adequação face aos objetivos do estudo;
- Coerência temporal, assegurada pela análise continuada de documentos produzidos ciclicamente pelas entidades;
- Comparabilidade, garantida pela utilização de variáveis e campos consistentes entre períodos e entidades;
- Integração interpretativa, que articula dimensões quantitativas e qualitativas, favorecendo a leitura contextualizada dos resultados.

A análise foi estruturada em torno de um conjunto de dimensões substantivas associadas aos objetivos do estudo, procurando articular evidências documentais, administrativas e empíricas recolhidas por meio de questionário e entrevistas. Esta abordagem permitiu combinar informação quantitativa e qualitativa, reforçando a interpretação dos resultados e a compreensão dos mecanismos subjacentes aos fenómenos observados.

A estrutura analítica organiza-se em torno de quatro dimensões complementares:

- i. Caracterização e evolução da Rede, incidindo sobre a composição, distribuição territorial e diversidade institucional das entidades que integram a RTCP;
- ii. Estrutura organizacional e capacidades institucionais, compreendendo a análise dos modelos de financiamento, dos recursos humanos, da programação e das condições de funcionamento das entidades credenciadas;



- iii. Cooperação, circulação artística e funcionamento em rede, abrangendo as parcerias estabelecidas, os padrões de circulação artística e os mecanismos de articulação entre entidades;
- iv. Trajetórias de desenvolvimento e desafios da RTCP, procurando compreender os fatores que condicionam a consolidação da Rede, as assimetrias identificadas, os modelos de governação e as perspetivas de evolução futura.

A leitura integrada das entrevistas permitiu ainda aprofundar cinco eixos interpretativos transversais: a natureza híbrida da RTCP enquanto política pública; o seu modelo efetivo de governação multinível; a distinção entre cooperação formal e cooperação efetiva; o papel das assimetrias estruturais; e as condições de sustentabilidade institucional, territorial, artística e laboral da Rede. Estes eixos são retomados ao longo da análise e organizam a secção final de conclusões e recomendações.

3. RTCP: caracterização, dinâmicas e desafios

3.1. Evolução e composição da Rede

Desde a criação formal da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP), em 2021, observa-se uma evolução progressiva no número, na abrangência territorial e na diversidade institucional das entidades credenciadas.

A primeira fase de credenciação, associada ao 1.º concurso de apoio à programação, integrou cerca de 50 equipamentos culturais (<https://www.dgartes.gov.pt/noticia/4532>), distribuídos por todo o território nacional. Estes equipamentos representavam, em larga medida, estruturas municipais e intermunicipais, com diferentes níveis de maturidade programática e capacidade técnica. Esta etapa inicial permitiu constituir a base da Rede, articulando entidades com experiência consolidada e outras em processo de consolidação da sua atividade cultural.

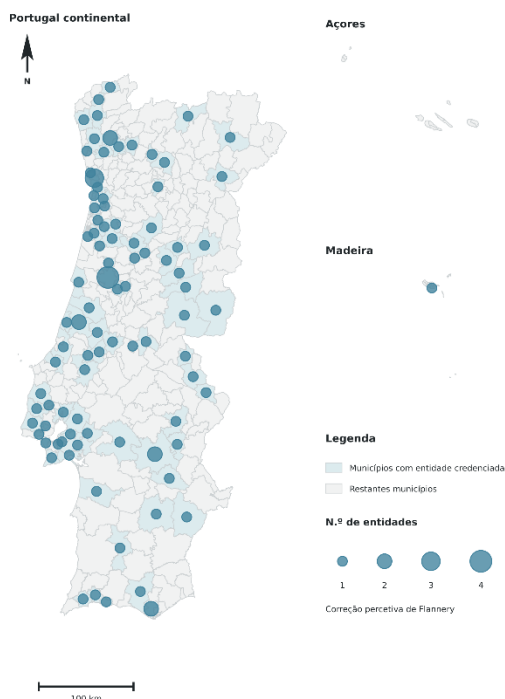
Nos anos subsequentes, a RTCP registou um crescimento significativo. Em 2025, o número de equipamentos credenciados ascendia a 103 (<https://www.dgartes.gov.pt/pt/node/8939>), refletindo uma expansão territorial relevante e a inclusão de novos perfis institucionais (Figura 2). O regime de credenciação permanente, que permite a integração progressiva de equipamentos mediante cumprimento dos critérios estabelecidos pela DGArtes, contribuiu para esta evolução, garantindo maior flexibilidade e atualização contínua da composição da Rede.

Esta expansão traduziu-se também numa diversificação geográfica, com a entrada de equipamentos situados em territórios de baixa densidade populacional e em municípios anteriormente sem estruturas de programação regular. Este processo reforçou o princípio de coesão territorial subjacente à política pública que enquadra a RTCP, promovendo o acesso à criação e fruição culturais em regiões menos representadas.

Esta expansão deve ser interpretada não apenas como crescimento quantitativo, mas como consolidação progressiva de uma infraestrutura territorial de acesso cultural. Ao credenciar equipamentos em contextos institucionais e territoriais diversos, a RTCP contribui para criar presença cultural qualificada, reconhecimento público e capacidade de programação em municípios que partem de condições muito desiguais.

Paralelamente à expansão do número de equipamentos credenciados, a RTCP tem vindo a densificar os instrumentos que sustentam o seu funcionamento. Numa primeira fase, a Rede estruturou-se sobretudo em torno da credenciação e do apoio à programação; posteriormente, os relatórios anuais evidenciam o reforço de dimensões complementares, designadamente a qualificação dos recursos humanos, o acompanhamento dos equipamentos apoiados e a criação de momentos regulares de encontro, monitorização e articulação entre entidades.

Figura 2. Distribuição geográfica dos 103 Equipamentos Culturais Credenciados (à data de Julho 2025)

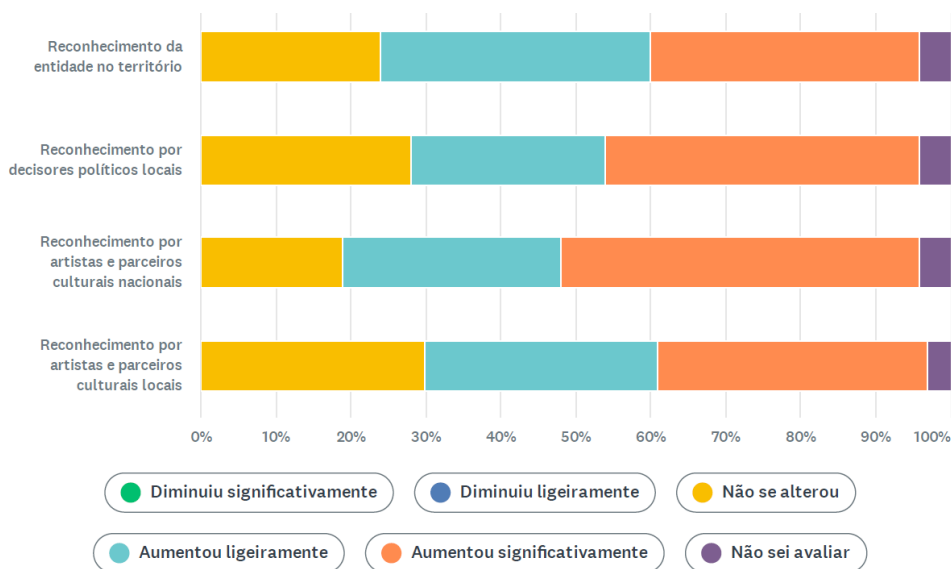


Fonte: elaboração UA com base em dados da DGArtes

Esta evolução é visível na continuidade dos programas de formação promovidos pela DGARTES, que envolveram mais de 600 profissionais na edição de 2023/2024, bem como na atividade da Comissão de Acompanhamento e nos encontros de trabalho em rede documentados nos relatórios anuais. O relatório de 2024/2025 acrescenta a esta trajetória uma dimensão mais explícita de consolidação institucional, ao destacar a Assembleia de Programadores. A RTCP tem aprofundado a sua dimensão colaborativa através da realização regular de encontros de trabalho, da promoção de espaços de diálogo entre programadores, artistas e agentes culturais e do estabelecimento de parcerias estratégicas em áreas como a educação, as acessibilidades, a sustentabilidade e a internacionalização (Relatórios Anuais RTCP 2023/2024 e 2024/2025). Este conjunto de iniciativas sugere uma evolução da Rede para além da sua função de financiamento e credenciação, afirmando-se progressivamente como uma infraestrutura de cooperação cultural capaz de estimular a circulação de conhecimento, a articulação entre equipamentos e a construção de respostas partilhadas aos desafios do setor cultural. Esta evolução encontra igualmente expressão nas perceções das entidades credenciadas. No questionário aplicado em 2026, a RTCP é identificada sobretudo como um mecanismo de legitimação institucional (72%) e como uma rede de cooperação entre equipamentos (63%), surgindo a dimensão de financiamento apenas em terceiro lugar (49%). Estes resultados sugerem que a Rede é percecionada pelos seus membros não apenas como instrumento de apoio financeiro, mas também como estrutura de reconhecimento e integração institucional (Figura 3). Desde a integração na RTCP, 77% dos respondentes referem um aumento do reconhecimento por artistas e parceiros culturais nacionais, 72% assinalam maior reconhecimento da entidade no território e 68% identificam maior reconhecimento por decisores políticos locais. Estes resultados sugerem que a RTCP opera também como dispositivo de visibilidade e validação institucional, reforçando

a posição dos equipamentos culturais nas suas configurações locais e nas redes artísticas nacionais.

Figura 3. Respostas das entidades ao questionário aplicado – Pergunta: Desde a integração na RTCP, considera que houve alterações em quais dimensões



Fonte: elaboração UA com base nos dados do questionário aplicado

Em termos funcionais, esta progressão aponta para uma RTCP que deixou de se limitar à constituição de uma rede de equipamentos e passou a desenvolver mecanismos de suporte à sua própria articulação. As coproduções, a circulação artística e as articulações programáticas interterritoriais surgem, neste contexto, como sinais de consolidação gradual, ainda que a profundidade e continuidade dessas relações permaneçam desiguais entre entidades e territórios. Assim, os relatórios anuais permitem ler a evolução da RTCP como um processo em curso: de uma política de credenciação e financiamento para um instrumento mais amplo de cooperação cultural, capacitação institucional e desenvolvimento territorial. As entrevistas sugerem que a consolidação destes mecanismos depende quer da existência de espaços de articulação entre equipamentos, quer da capacidade de cada entidade desenvolver um projeto artístico claramente enraizado no seu território. Nesta perspetiva, a cooperação em rede é reforçada pela participação em encontros ou instrumentos formais de coordenação e da existência de identidades programáticas suficientemente consolidadas para sustentar relações continuadas de aprendizagem, complementaridade e criação conjunta.

Contudo, a expansão territorial e o reforço do reconhecimento institucional não eliminam automaticamente barreiras físicas, logísticas, financeiras ou simbólicas. A Rede pode melhorar a comunicação e a visibilidade entre atores, mas persistem desigualdades associadas à distância, à mobilidade, aos custos de circulação, aos hábitos culturais locais e à capacidade administrativa dos municípios e equipamentos.

3.2. Estrutura e modelo de financiamento da RTCP

A evolução funcional observada nos últimos anos não pode ser dissociada do modelo de financiamento que sustenta o funcionamento da RTCP.

No que respeita à tipologia dos apoios concedidos, estes assumem múltiplas modalidades e proveniências, refletindo a diversidade de mecanismos de financiamento mobilizados no setor cultural. Podem incluir comparticipações financeiras diretas, apoios em espécie, cedência de espaços, apoio à programação ou a projetos específicos, bem como parcerias institucionais e mecanismos de partilha de recursos entre entidades. Estes apoios têm origem em fontes complementares, que abrangem a verba atribuída pela DGArtes, apoios municipais e de entidades de tutela, mecenato cultural, outros financiamentos públicos ou privados, e recursos próprios das entidades, nomeadamente provenientes de coproduções e receitas de bilheteira.

Na prática, a diversidade de modalidades e origens dos apoios sugere a existência de um modelo de financiamento híbrido, caracterizado pela articulação entre diferentes níveis de governação, agentes culturais e fontes de receita. A análise, sustentada na estrutura dos dados atualmente disponíveis, permite-nos estimar o peso relativo das diferentes fontes de financiamento e caracterizar a configuração das suas interdependências. Este exercício contribui para uma reflexão mais aprofundada sobre a arquitetura financeira da RTCP, permitindo compreender de que forma a combinação de recursos públicos, privados e próprios condiciona a autonomia, a sustentabilidade e a capacidade programática das entidades que integram a Rede. A análise evidencia um modelo de financiamento híbrido, em que o apoio da DGArtes é complementado por outras fontes de financiamento, permitindo apoiar diferentes dimensões da atividade cultural e artística desenvolvida pelas entidades. Considerando especificamente a afetação dos apoios da DGArtes, verifica-se uma concentração do investimento em acolhimentos e coproduções, modalidades que absorvem a maior parte dos recursos mobilizados pela Rede. Embora continuem igualmente presentes apoios dirigidos à mediação, residências artísticas e exibição cinematográfica, estes assumem um peso financeiro substancialmente inferior. Esta distribuição sugere que o financiamento tem privilegiado o reforço da oferta artística e da circulação de obras, constituindo um importante mecanismo de dinamização da programação cultural nos territórios. Contudo, a evidência qualitativa permite acrescentar uma leitura complementar. Diversos entrevistados reconhecem a importância deste investimento para consolidar a programação artística, mas salientam igualmente que a sustentabilidade dos projetos culturais depende de um investimento continuado em dimensões menos visíveis, como a mediação cultural, a formação e fidelização de públicos e o desenvolvimento de relações duradouras com os territórios.

O regime de apoio à programação constitui o principal instrumento de consolidação das dinâmicas de cooperação e diferencia, no interior da Rede, o grau de capacidade operacional das entidades. Antecipa-se que as entidades apoiadas tendem a dispor de maior estabilidade institucional e margem de experimentação, enquanto as não apoiadas podem ver limitada a sua capacidade de cumprir plenamente os objetivos da Rede, nomeadamente no que respeita à circulação de obras, coprodução e envolvimento de agentes culturais locais.

Do total de equipamentos culturais credenciados, 60 beneficiam atualmente de apoio financeiro à programação. Considerando os três concursos realizados até à data (2021, 2023 e 2025), observa-se uma procura consistente dos apoios disponibilizados pela RTCP. No primeiro concurso foram submetidas 61 candidaturas, das quais 39 obtiveram financiamento; no segundo

concurso foram apresentadas 26 candidaturas, tendo sido apoiadas 18; e no terceiro concurso registaram-se 52 candidaturas, das quais 42 foram aprovadas. A taxa de aprovação situou-se, assim, em cerca de 64% nos dois primeiros concursos e em aproximadamente 81% no concurso mais recente.

Estes resultados evidenciam uma procura continuada dos apoios à programação e uma elevada capacidade de absorção dos recursos disponibilizados. Simultaneamente, sugerem uma evolução na composição das entidades apoiadas ao longo dos diferentes ciclos de financiamento. Com efeito, verifica-se que algumas entidades cujas candidaturas não obtiveram apoio no concurso de 2023 vieram posteriormente a ser financiadas no concurso de 2025. Embora a informação disponível não permita, nesta fase, identificar de forma sistemática os fatores explicativos destas trajetórias, este padrão sugere que a distinção entre entidades apoiadas e não apoiadas não constitui uma fronteira estática, refletindo antes a diversidade de perfis institucionais e de contextos de candidatura presentes na Rede.

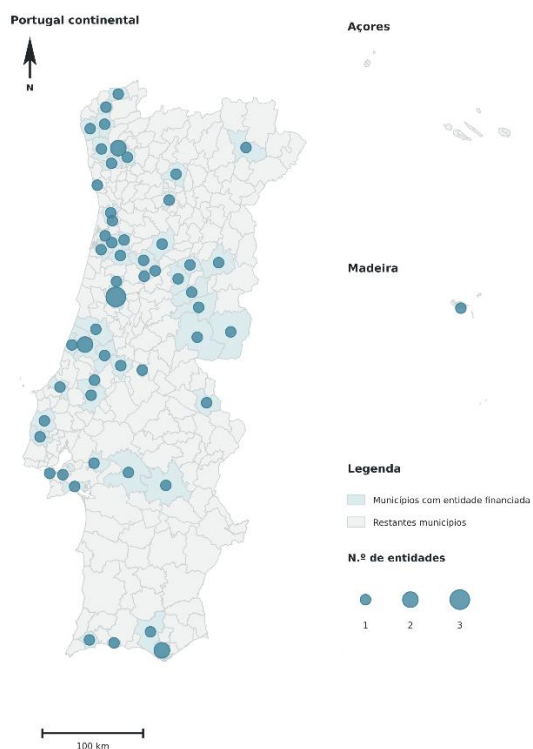
Todavia, a coexistência de entidades credenciadas com e sem apoio financeiro continua a evidenciar assimetrias relevantes em termos de capacidade operacional e de continuidade programática. As entidades apoiadas tendem a dispor de maior estabilidade institucional e margem de planeamento, enquanto as entidades credenciadas sem financiamento podem enfrentar maiores constrangimentos na concretização das suas estratégias culturais e no desenvolvimento de iniciativas alinhadas com os objetivos da RTCP.

Esta configuração exige atenção específica ao risco de segmentação interna da Rede. A credenciação confere reconhecimento e pertença, mas não garante capacidade programática, recursos humanos, estabilidade financeira ou disponibilidade para cooperar. Sem instrumentos de acompanhamento diferenciados, os equipamentos credenciados sem apoio podem permanecer numa posição intermédia: formalmente integrados, mas materialmente limitados na concretização dos objetivos da RTCP.

Geograficamente, os apoios financeiros das ECC pela RTCP distribuem-se pelo território nacional de acordo com a Figura 4. A distribuição dos apoios financeiros revela uma cobertura territorial ampla, embora com variações regionais visíveis. Observa-se uma maior concentração de municípios apoiados nas regiões Centro e Norte, onde se localiza uma parte substancial dos equipamentos credenciados, enquanto nas regiões do Alentejo e Algarve a presença de estruturas apoiadas é mais dispersa. Nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, coexistem municípios apoiados e não apoiados, evidenciando uma configuração territorial heterogénea, mais associada a fatores institucionais e administrativos do que a critérios de coesão territorial. Na Figura 5 apresentam-se também os municípios com entidades não apoiadas.

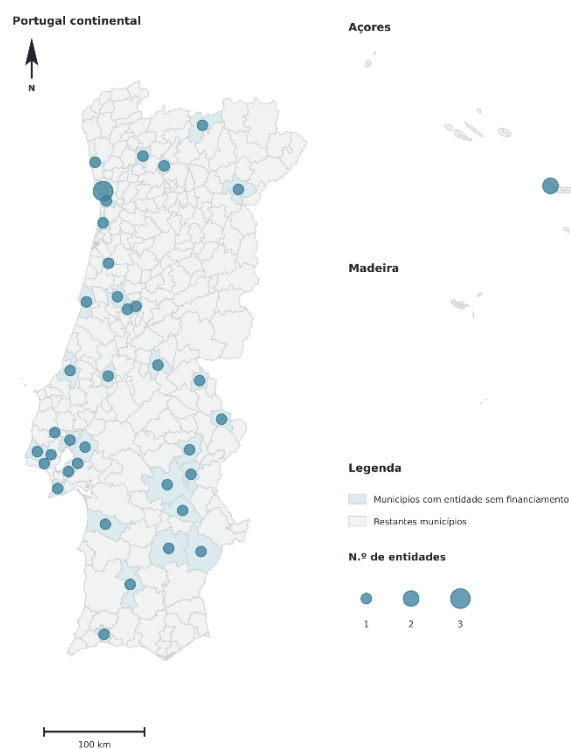


Figura 4. Municípios com entidades apoiadas pela RTCP



Fonte: elaboração UA com base em dados da DGArtes

Figura 5. Municípios com entidades não apoiadas pela RTCP



Fonte: elaboração UA com base em dados da DGArtes

A coexistência de entidades credenciadas com e sem apoio financeiro constitui uma característica estrutural do modelo da RTCP, mas coloca desafios relevantes em termos de equidade territorial e sustentabilidade institucional. A ausência de apoio direto pode condicionar a capacidade de programação, a estabilidade das equipas e a concretização plena dos objetivos de cooperação e coesão territorial subjacentes à Rede.

Esta constatação reforça a importância de aprofundar a compreensão dos mecanismos de acesso ao financiamento, uma vez que a elegibilidade depende não apenas da credenciação em vigor, mas também das condições específicas de cada concurso, designadamente requisitos técnicos, administrativos e financeiros. Assim, a análise dos apoios deve atender não apenas aos volumes de financiamento e às taxas de aprovação, mas também às condições efetivas de participação e desenvolvimento das entidades, de modo a avaliar o grau de equidade do sistema. A perceção das entidades confirma que o acesso ao apoio financeiro constitui um fator diferenciador no funcionamento da Rede. Cerca de 74% dos respondentes consideram que as diferenças entre entidades apoiadas e não apoiadas afetam, pelo menos moderadamente, o funcionamento global da RTCP. Os impactos mais referidos situam-se na participação em coproduções e parcerias (56%) e na capacidade de programar com continuidade (46%), o que indica que o financiamento não influencia apenas a escala da programação, mas também a capacidade de inserção ativa das entidades nas dinâmicas colaborativas da Rede.

No plano territorial, esta dimensão adquire particular relevância para o debate sobre a capilaridade e equilíbrio do investimento público, permitindo aferir se a RTCP tem contribuído para reduzir assimetrias regionais ou se persiste uma tendência de concentração dos recursos em determinados territórios. Tal avaliação exige, contudo, uma leitura detalhada e multidimensional, capaz de integrar variáveis estruturais, institucionais e contextuais que influenciam o desempenho das entidades. Entre os fatores a considerar incluem-se o número absoluto e relativo de equipamentos por município, ponderado pela dimensão populacional e territorial; a localização em áreas de baixa densidade populacional ou com reduzida oferta cultural; os critérios de elegibilidade e as condições de acesso aos apoios; e, ainda, indicadores contextuais como o enquadramento socioeconómico, o grau de urbanização e o dinamismo associativo local. Estes elementos permitirão compreender de forma mais precisa as heterogeneidades territoriais e os potenciais diferenciais de impacto da RTCP.

Neste quadro, importa sublinhar que os equipamentos culturais credenciados situados nos municípios de Lisboa e Porto (e.g. Coliseu Porto Ageas, o Teatro Rivoli, o Campo Alegre) não são elegíveis para os concursos de apoio à programação, conforme estipulado nos respetivos editais. Esta restrição visa assegurar a coerência com os objetivos da RTCP, designadamente o de promover a coesão territorial e evitar a concentração geográfica de apoios, complementando outros mecanismos de financiamento já disponíveis nos grandes centros urbanos. Ainda assim, a possibilidade de colaboração entre equipamentos localizados em Lisboa e Porto e os restantes elementos da Rede reforça o princípio de trabalho em rede subjacente ao programa.

Por fim, embora os resultados mais recentes sugiram uma ampliação do universo de entidades apoiadas e revelem alguma mobilidade entre ciclos de financiamento, o acesso ao apoio financeiro permanece um fator determinante para a capacidade de programação, planeamento e desenvolvimento das atividades culturais.

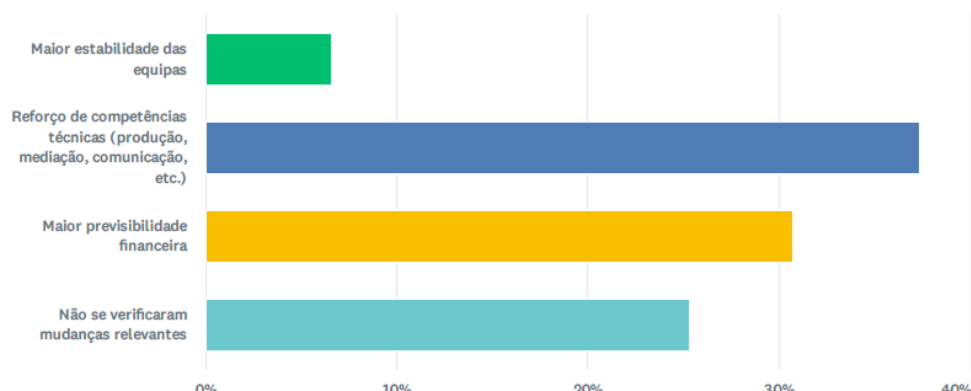
Neste contexto, o financiamento assume um papel central na consolidação das dinâmicas de programação e na capacidade de resposta territorial das entidades. As estruturas apoiadas



tendem a beneficiar de maior estabilidade institucional e continuidade programática, dispondo de melhores condições para desenvolver projetos de médio prazo, estabelecer parcerias e reforçar a sua inserção nas dinâmicas da Rede. Em contrapartida, as entidades credenciadas sem financiamento podem enfrentar maiores constrangimentos na concretização das suas estratégias culturais e na prossecução plena dos objetivos associados à RTCP. As perceções das entidades parecem reforçar esta interpretação. Quando questionadas sobre os efeitos da integração na RTCP, as mudanças mais frequentemente identificadas referem-se ao reforço de competências técnicas e organizacionais (37%) e ao aumento da previsibilidade financeira (31%), sugerindo que o impacto do apoio ultrapassa a mera disponibilização de recursos financeiros e se traduz também no fortalecimento das capacidades institucionais das organizações (Figura 6).

A análise qualitativa permite ainda interpretar o financiamento como investimento territorial contracíclico. Em territórios sujeitos a perda demográfica, envelhecimento, menor densidade institucional e fragilidade dos mercados culturais, o apoio à programação e à criação pode contribuir para emprego qualificado, permanência de profissionais, vida comunitária, atividade educativa e atratividade territorial. Estes efeitos são lentos, indiretos e difíceis de medir através de indicadores de execução imediata, mas constituem parte essencial do valor público da RTCP.

Figura 6. Respostas das entidades ao questionário aplicado – Pergunta: A RTCP contribuiu para alguma das seguintes mudanças na sua entidade?



Fonte: elaboração UA com base nos dados do questionário aplicado

3.3. Perfil artístico e organizacional dos equipamentos apoiados

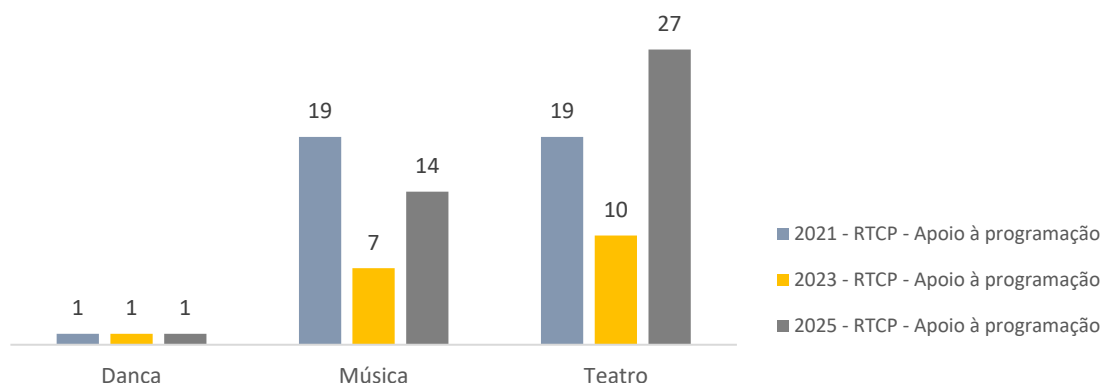
A análise dos dados de candidatura permite caracterizar o perfil artístico e organizacional dos equipamentos apoiados, evidenciando tendências relevantes para compreender a estrutura interna da Rede e o modo como o apoio financeiro influencia as dinâmicas de programação.

No conjunto das candidaturas apoiadas nos três concursos analisados, observa-se uma predominância clara das áreas do teatro e da música, que representam a larga maioria das entidades financiadas pela RTCP. Embora se verifiquem diferenças na distribuição relativa destas áreas entre os vários ciclos de apoio, o teatro assume uma posição dominante no conjunto dos concursos, particularmente no mais recente, confirmando a centralidade das artes performativas na programação dos equipamentos apoiados.

Apenas três estruturas identificam a dança como área artística dominante, o que evidencia a expressão ainda reduzida desta área no contexto da Rede. Esta distribuição reflete, em parte, o perfil histórico dos equipamentos integrados na RTCP, maioritariamente teatros e cineteatros municipais com vocação polivalente, mas fortemente orientados para a programação de linguagens performativas convencionais.

Este resultado recomenda prudência na leitura da diversidade programática. A predominância de teatro e música não constitui necessariamente uma fragilidade, dado o perfil histórico dos equipamentos, mas evidencia a necessidade de critérios e incentivos capazes de preservar linguagens menos representadas, práticas experimentais, projetos de menor escala e áreas artísticas com condições de circulação mais frágeis.

Figura 7. Candidaturas apoiadas por área artística nos concursos de 2021, 2023 e 2025



Fonte: elaboração UA com base em dados da DGArtes

Este padrão revela-se transversal ao território nacional. Ainda assim, observam-se algumas diferenças contextuais: a música tende a assumir maior expressão em equipamentos localizados em centros urbanos com oferta cultural mais diversificada e maior capacidade programática e técnica, enquanto o teatro surge frequentemente como eixo estruturante da atividade cultural em municípios de menor dimensão e em contextos territoriais mais periféricos.

No que respeita à organização interna, a maioria dos ECC apoiados apresenta equipas residentes com núcleos técnicos estáveis, evidenciando alguma consolidação institucional. Ainda assim, várias entidades recorrem a equipas não residentes, sobretudo em funções especializadas de comunicação, mediação de públicos e apoio técnico (luz, som, palco). As colaborações externas em funções de direção artística ou coordenação técnica são menos frequentes, o que sugere que as posições de maior responsabilidade permanecem, na generalidade, internalizadas nas estruturas. Este padrão indica uma relação estreita entre o grau de profissionalização das equipas e a capacidade das entidades para assegurar uma programação regular e coerente.

Esta distinção entre núcleos técnicos estáveis e colaborações externas tem implicações diretas para a cooperação interinstitucional. Entidades com equipas mais reduzidas tendem a apoiar-se em redes informais de partilha de serviços e recursos, enquanto as estruturas com equipas permanentes revelam maior capacidade de assumir liderança em coproduções e projetos de escala intermunicipal. Este padrão reforça o papel da RTCP enquanto mecanismo de apoio financeiro, mas também como plataforma de reequilíbrio de competências e circulação profissional no território cultural.

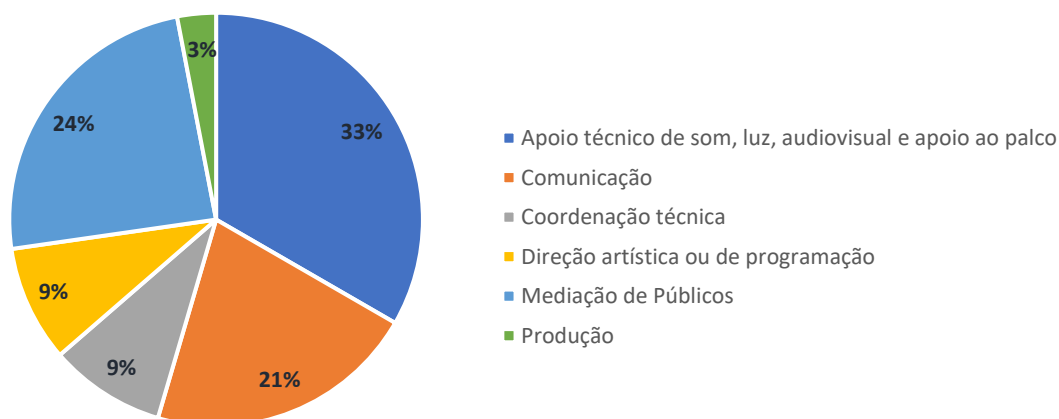
Uma leitura complementar dos vínculos contratuais permite, contudo, complexificar esta interpretação. Apesar da predominância de equipas residentes e da existência de núcleos técnicos relativamente estáveis, observa-se uma presença relevante de profissionais associados a prestações de serviços ou outros vínculos não permanentes. Embora os dados disponíveis não sejam integralmente comparáveis entre concursos devido a diferenças na estrutura da informação recolhida, verifica-se que estas modalidades assumem um peso significativo em diferentes contextos organizacionais. Num dos concursos, cerca de 15% dos membros das equipas residentes encontram-se associados a prestações de serviços ou outros vínculos não permanentes, enquanto entre os elementos externos à equipa residente esta proporção

ultrapassa os 80%. Noutro concurso, as formas de colaboração não permanente representam aproximadamente 35% do total de recursos humanos identificados pelas entidades.

Este resultado sugere que os processos de institucionalização e profissionalização observados na RTCP não assentam necessariamente na expansão de estruturas organizacionais totalmente estabilizadas do ponto de vista contratual. Pelo contrário, estão muito dependentes da mobilização recorrente de recursos humanos externos e especializados e parecem coexistir modelos organizacionais que combinam equipas permanentes com formas mais flexíveis de mobilização de recursos humanos. Embora os dados disponíveis não permitam avaliar as razões subjacentes a estas opções, esta configuração parece refletir características estruturais do setor cultural, onde a diversidade das atividades desenvolvidas e a necessidade de responder a exigências técnicas e artísticas específicas favorecem modelos organizacionais mais flexíveis. Neste sentido, os dados apontam para um processo de profissionalização que não se traduz necessariamente na expansão contínua das equipas permanentes, mas antes na articulação entre estruturas residentes relativamente reduzidas e redes alargadas de colaboração profissional. Esta constatação convida a uma reflexão mais ampla sobre os modelos de sustentabilidade institucional e de gestão de recursos humanos que sustentam a atividade cultural nos equipamentos integrados na RTCP. Esta leitura é consistente com a perceção das próprias entidades. No questionário, os efeitos da RTCP sobre o nível de profissionalização das equipas surgem entre os mais valorizados, sendo frequentemente classificados como significativos ou muito significativos. A convergência entre os dados administrativos e as perceções dos respondentes sugere que a consolidação institucional observada na Rede não decorre apenas do aumento dos recursos disponíveis, mas também da qualificação progressiva das práticas organizacionais.

Esta dimensão deve ser lida como problema de sustentabilidade laboral e não apenas como característica organizacional. A robustez da RTCP depende de técnicos, produtores, programadores, comunicadores, artistas e mediadores com condições adequadas de trabalho. Equipas subdimensionadas, vínculos instáveis, acumulação de funções, remunerações insuficientes, excesso de horas e desgaste profissional podem limitar a capacidade de cooperação, a qualidade da programação e a continuidade institucional da Rede.

Figura 8. Distribuição das funções no caso de equipas não-residentes (1º concurso, 2021)



Fonte: elaboração UA com base em dados da DGArtes

A análise dos dados evidencia ainda diferenças associadas à natureza institucional das entidades gestoras. Os equipamentos geridos por empresas municipais ou por serviços culturais integrados em municípios de média dimensão tendem a apresentar maior capacidade de retenção de equipas permanentes, com profissionais residentes nas principais funções de gestão, direção artística e técnica. Esta configuração reflete uma estrutura organizacional mais consolidada e uma maior disponibilidade de recursos humanos e financeiros, fatores que contribuem para a continuidade programática e para a estabilidade das práticas de cooperação.

Em contrapartida, os equipamentos geridos diretamente por municípios de pequena dimensão ou por associações culturais locais revelam uma maior flexibilidade funcional, demonstrando um perfil de maiores colaborações externas para funções especializadas, como produção técnica, comunicação ou mediação de públicos. Este modelo, mais adaptativo, permite responder a necessidades específicas de cada projeto ou evento, mas pode também traduzir menor capacidade estrutural e previsibilidade organizativa. Este contraste sugere que o perfil institucional e a escala de governação local são fatores determinantes na configuração das equipas e, consequentemente, na capacidade de planeamento e execução programática das entidades da RTCP. A diversidade de modelos de gestão, longe de constituir uma fragilidade, representa um traço distintivo da Rede, refletindo a pluralidade territorial e organizacional que sustenta o seu funcionamento.

A relação entre equipamentos e municípios deve ser interpretada como uma tensão constitutiva da governação cultural local. O compromisso municipal pode assegurar recursos, estabilidade e enraizamento territorial, mas a dependência política e financeira dos equipamentos pode também condicionar a autonomia dos programadores, a independência técnica das direções artísticas e a capacidade de assumir risco estético ou temático. A consolidação da RTCP exige, por isso, salvaguardas de autonomia programática compatíveis com a responsabilidade pública municipal.

A análise das candidaturas permite igualmente observar a distribuição dos apoios pelos diferentes domínios de intervenção definidos pela DGArtes. Os acolhimentos constituem a modalidade mais frequente, seguidos das coproduções, das ações de mediação e das residências artísticas. A exibição cinematográfica apresenta uma expressão mais reduzida quando comparada com os restantes domínios.

Os dados dos concursos mais recentes evidenciam igualmente uma maior combinação entre diferentes domínios de intervenção. Enquanto no primeiro concurso as atividades surgem predominantemente associadas a categorias distintas, os concursos posteriores revelam uma presença mais frequente de candidaturas que articulam acolhimentos, coproduções, ações de mediação, residências artísticas e iniciativas de circulação. Este resultado sugere uma crescente integração de diferentes modalidades de atuação no desenho das propostas apoiadas.

Esta distribuição é coerente com o perfil dos equipamentos integrados na RTCP, cuja atividade assenta na programação regular e na circulação de obras e artistas. Contudo, os dados revelam que estas funções tendem a articular-se crescentemente com outras dimensões de intervenção, nomeadamente a mediação cultural, as residências artísticas e as iniciativas de circulação, evidenciando uma diversificação dos modelos de programação apoiados.

Numa leitura mais ampla, estes resultados sugerem que as candidaturas apoiadas pela RTCP tendem a mobilizar combinações cada vez mais diversificadas de instrumentos de intervenção cultural. Para além da apresentação e circulação de espetáculos, observa-se uma valorização crescente de atividades orientadas para a mediação, o desenvolvimento de públicos e a criação artística. A dimensão dos públicos constitui uma camada adicional de impacto percecionado. Cerca de 76% dos respondentes consideram que a RTCP contribuiu de forma moderada, significativa ou muito significativa para reduzir desigualdades territoriais no acesso à oferta cultural. Ao nível das entidades, os efeitos mais expressivos são identificados na diversificação de públicos, na captação de novos públicos e na participação de públicos jovens e escolares. Embora estes dados não substituam indicadores administrativos de frequência e participação, sugerem que a RTCP é reconhecida pelos seus membros como instrumento de alargamento do acesso cultural e de qualificação da relação entre equipamentos, territórios e públicos. Este padrão reforça a ideia de que os equipamentos da Rede assumem funções que ultrapassam a mera difusão cultural, procurando articular diferentes dimensões da atividade artística e cultural em função das características dos territórios e dos públicos a que se dirigem. Os resultados do questionário permitem, a este nível, ainda observar que a RTCP tem efeitos percecionados sobre os próprios critérios de programação. A maioria das entidades considera que a integração na Rede incentivou a realização de coproduções ou circulação artística (63%), melhorou a capacidade de planear a programação com maior antecedência (52%) e ampliou a diversidade da programação (47%). Apenas uma proporção residual refere redução da margem de experimentação artística. Estes resultados sugerem que a institucionalização associada à RTCP não é percecionada como constrangimento à programação, mas antes como fator de planeamento, abertura e diversificação.

Os resultados do questionário reforçam esta interpretação: a RTCP é associada por muitas entidades a maior planeamento, maior articulação entre modalidades de intervenção e maior abertura a coproduções e circulação. Todavia, esta institucionalização deve ser acompanhada por uma leitura crítica dos incentivos, evitando que a programação se oriente excessivamente para o cumprimento formal de indicadores ou para a reprodução de atores já reconhecidos.

3.4. Dinâmicas de cooperação e circulação artística

Cooperação formal e cooperação efetiva

A análise das dinâmicas de cooperação deve distinguir entre cooperação formal e cooperação efetiva. A primeira manifesta-se em candidaturas, parcerias declaradas, contactos, encontros, coproduções pontuais e participação em instrumentos de financiamento. A segunda exige continuidade, confiança, planeamento conjunto, interdependência, partilha de recursos, circulação inter-regional e aprendizagem coletiva. Esta distinção é fundamental para interpretar os dados: a RTCP já criou uma moldura formal de articulação, mas ainda não produziu de forma uniforme uma rede relacionalmente densa e duradoura.

A informação disponível permite apenas uma leitura indireta das dinâmicas de cooperação entre as entidades da RTCP. Embora os dados de candidatura não identifiquem de forma explícita as relações de parceria ou coprodução, a análise de variáveis estruturais e contextuais, como os domínios de apoio, a tipologia institucional e a distribuição territorial, oferece indícios relevantes sobre o modo como o princípio de rede se concretiza no território.

A partir das parcerias e dos agentes artísticos mencionados nas candidaturas é possível compreender melhor o modo como as entidades credenciadas estabelecem colaborações e quais os circuitos de criação e programação que se formam no interior da RTCP.

Embora ainda não seja possível mapear integralmente essas relações, a sistematização das parcerias e das participações artísticas oferece uma base para identificar tendências de cooperação territorial e potenciais ligações entre equipamentos.

A evidência qualitativa permite aprofundar esta distinção. Diversos entrevistados referem que a cooperação efetiva depende menos da existência formal de uma rede e mais da construção progressiva de relações de confiança, do conhecimento mútuo entre programadores e da existência de projetos artísticos com identidade própria. Nesta perspetiva, os momentos formais promovidos pela RTCP constituem uma condição importante, mas insuficiente para produzir processos continuados de aprendizagem e cooperação.

Caracterização das parcerias

Com base na informação disponível do 1º concurso, a análise procura compreender de que forma as candidaturas traduzem diferentes configurações de cooperação, umas mais voltadas para a consolidação interna da rede, outras para a sua projeção e abertura:

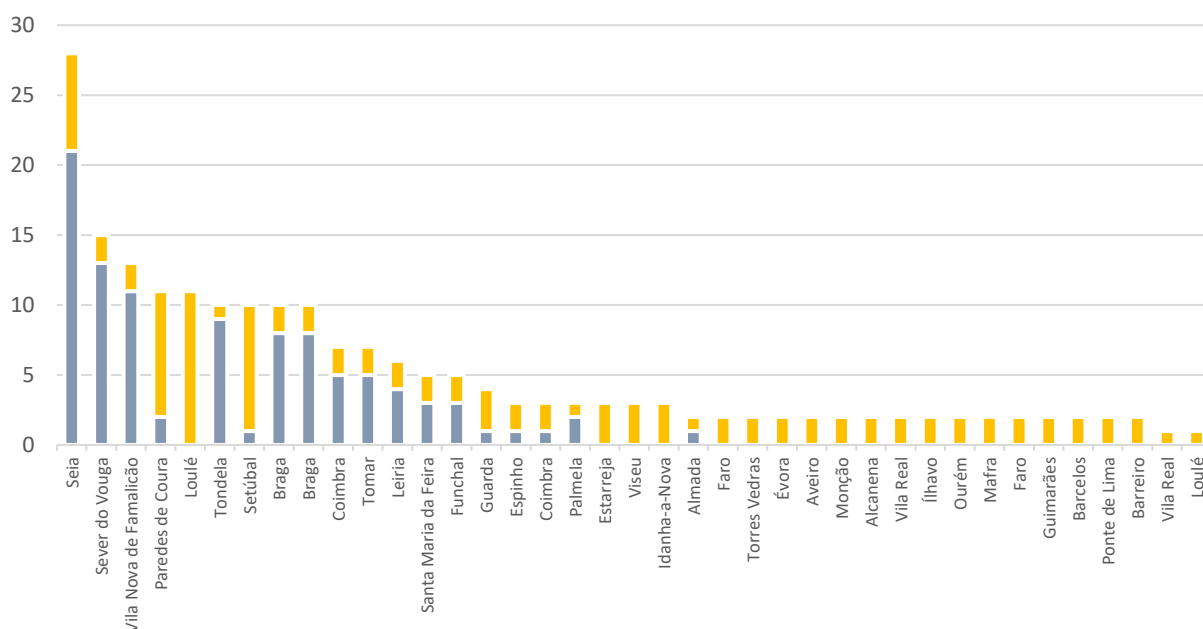
- **Reforço interno** — 21 candidaturas
- **Abertura externa** — 12 candidaturas
- **Abertura mista** — 5 candidaturas

Mais de metade das candidaturas caracterizam-se como reforço interno, revelando uma forte coesão institucional e a continuidade de colaborações entre membros da rede. Este padrão reforça o papel da RTCP enquanto infraestrutura de confiança e aprendizagem coletiva, ainda que limite a diversificação de parcerias fora da rede. Estas parcerias envolvem autarquias, ou entidades públicas locais (por exemplo, juntas de freguesia, serviços municipalizados, entre outros), instituições culturais tais como associações recreativas, universidades (também através das suas associações académicas, ou de centros de investigação), e empresas do setor privado pertencentes ao tecido empresarial local ou municipal. Cerca de um terço das candidaturas caracteriza-se por uma maioria de parceiros externos à RTCP. Este padrão traduz uma dinâmica de expansão, expressa na diversificação territorial, temática e institucional das colaborações. Estas candidaturas reforçam a projeção pública da RTCP, alargando o seu reconhecimento e criando novas pontes com municípios, associações culturais e outros agentes locais. No entanto, quando a participação das entidades da rede é minoritária, importa assegurar que estas mantêm um papel de liderança e transferência de conhecimento, evitando a diluição da identidade colaborativa da RTCP.

A distribuição entre candidaturas de reforço interno, abertura externa e abertura mista deve ser lida de forma ambivalente. Por um lado, revela coesão e confiança entre membros da Rede; por outro, pode sinalizar fechamento relacional, menor permeabilidade a entidades externas e dificuldade de integração de estruturas artísticas sem apoio ou com menor capital institucional. A consolidação da RTCP deve, por isso, valorizar a confiança interna sem reduzir a sua capacidade de abertura ao ecossistema artístico mais amplo.

Um conjunto mais restrito de candidaturas combina entidades internas e externas em proporções equilibradas. Estes casos representam zonas de articulação entre a consolidação interna e a expansão da rede, podendo ser interpretados como espaços de mediação e transferência institucional. Neles, a RTCP atua como plataforma de ligação entre parceiros consolidados e novos atores, o que favorece tanto a inovação como a sustentabilidade da cooperação.

Figura 9. Distribuição territorial das parcerias por município, distinguindo colaborações com entidades pertencentes à RTCP (a amarelo) e com entidades externas à Rede (a azul) – 1º e 2º concurso



Fonte: elaboração UA com base em dados da DGArtes

Daqui entende-se que a cooperação tende a desenvolver-se sobretudo em contextos locais, apoiada em redes pré-existentes e em dinâmicas de afinidade institucional, possivelmente associada também a menos barreiras logísticas. Este fator leva-nos a crer que o foco predominante situa-se nas intervenções com impacto local imediato o que acarreta uma maior mobilização comunitária, mas pode limitar a escalabilidade e transferência de know-how entre municípios). A análise, ainda que suportada numa base de dados reduzida, mostra também que as entidades parceiras não tendem a repetir-se em diferentes candidaturas, o que sugere que as relações de colaboração permanecem maioritariamente contextuais e não estruturadas como redes continuadas. Os dados do questionário introduzem, contudo, uma nuance relevante na leitura das parcerias. Embora 66% dos respondentes considerem que a proximidade geográfica

corresponde, pelo menos moderadamente, à experiência da sua entidade, quando questionados sobre a localização das parcerias, 50,5% indicam que esta varia muito consoante o projeto. Assim, a proximidade territorial constitui um fator importante de estruturação das colaborações, mas não deve ser interpretada como padrão exclusivo. A evidência aponta antes para uma combinação entre redes de proximidade, colaborações inter-regionais e configurações variáveis em função da natureza dos projetos. Cerca de dois terços das entidades concordam que a cooperação ocorre predominantemente através de mecanismos formais, como candidaturas ou protocolos, mais do que através de práticas continuadas de colaboração.

A proximidade territorial é compreensível do ponto de vista logístico, financeiro e relacional, mas não deve tornar-se o horizonte dominante da Rede. Uma política nacional de circulação cultural deve criar instrumentos que compensem distância, custos, desconhecimento mútuo e menor densidade de relações entre territórios afastados. Sem esses instrumentos, a RTCP corre o risco de se organizar em sub-redes regionais parcialmente comunicantes, mas insuficientemente integradas.

Artistas em circulação

Embora os dados disponíveis não permitam ainda afirmar a existência de uma rede consolidada de cooperação programática, revelam sinais de articulação localizada e de circulação profissional incipiente no seio da RTCP. Apesar da retórica de cooperação que estrutura o enquadramento político da RTCP, a evidência empírica disponível aponta para graus diferenciados de integração entre os equipamentos e intensidades variáveis de articulação territorial. Estes resultados reforçam a importância de integrar, em fases seguintes, uma análise territorial das parcerias e dos agentes artísticos recorrentes, de modo a identificar padrões de ligação e a avaliar se o funcionamento da RTCP se aproxima de um modelo de rede interdependente ou de um conjunto de colaborações que não configuram necessariamente redes estáveis de programação conjunta ou mecanismos estruturados de decisão partilhada.

Nos concursos analisados, observa-se uma concentração expressiva de apoios em modalidades diretamente associadas à circulação e coprodução artística, o que confirma a valorização institucional destas práticas como pilares da política pública. No entanto, este padrão parece refletir mais a natureza funcional dos equipamentos (maioritariamente cineteatros e teatros municipais) do que uma estratégia coordenada de cooperação entre entidades. Com efeito, embora muitos projetos incluam parcerias formais ou informais, a sua distribuição tende a ser segmentada e episódica, sem necessariamente configurar redes estáveis de programação conjunta ou mecanismos estruturados de decisão partilhada.

O levantamento das entidades e artistas que atuam em diferentes equipamentos da Rede mostra que apenas um número restrito apresenta circulação intermunicipal ou inter-regional sistemática.

De um total de 225 artistas que se repetem em dois ou mais municípios, apenas uma fração reduzida demonstra presença recorrente e articulada. A maioria revela trajetórias pontuais, o que sugere um padrão de mobilidade fragmentado, ainda distante de uma lógica de rede consolidada. No entanto, a repetição de determinados nomes em múltiplos contextos sinaliza

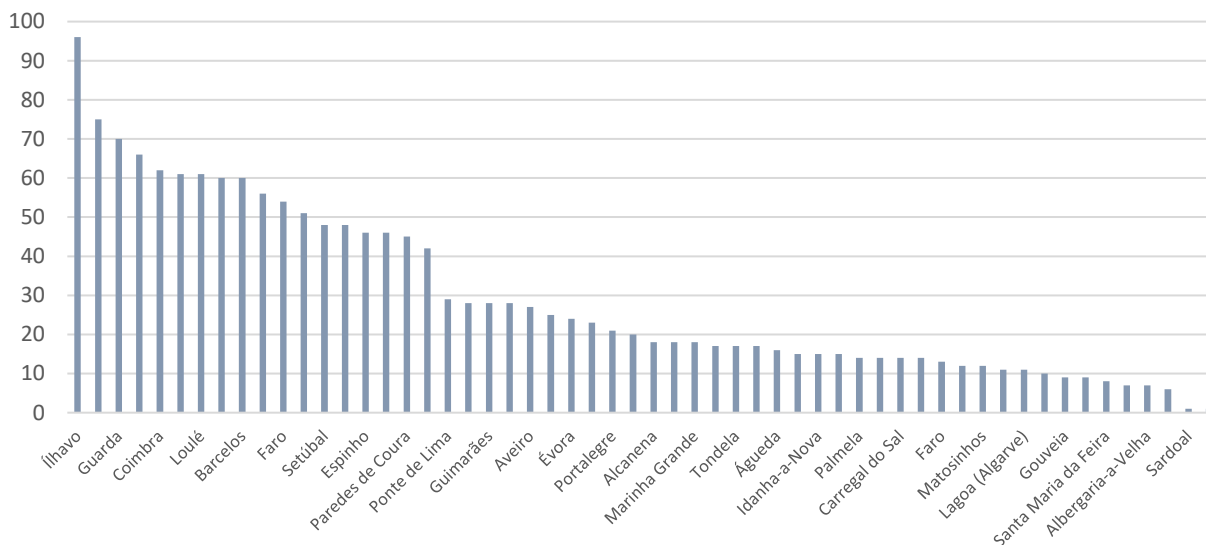
núcleos emergentes de interligação, que poderão evoluir para estruturas mais coesas de cooperação artística. Destacam-se, pela sua presença reiterada em vários territórios, a companhia Formiga Atómica (mencionada em 10 candidaturas de 10 municípios distintos, que neste universo totaliza 21 participações), a Terra Amarela (7 municípios, 17 participações) e a pianista Joana Gama (8 municípios, 8 participações). Estas entidades evidenciam uma capacidade de conexão territorial alargada, funcionando como pontes estratégicas entre diferentes subgrupos da Rede. No caso da Formiga Atómica, por exemplo, a associação com coprodutores diversificados (sobretudo de Lisboa) e a adaptação das criações aos públicos locais reforçam a sua capacidade de circulação interterritorial. Aplicando o mesmo critério ao segundo concurso, identificam-se 151 artistas presentes em duas ou mais candidaturas, num universo de 18 candidaturas apoiadas. Entre os agentes com maior recorrência destacam-se a Formiga Atómica (16 participações), a Companhia Instável Associação (15 participações), a Companhia de Música Teatral (13 participações) e a OJA – Associação Orquestra de Jazz do Algarve (11 participações), reforçando a evidência de que uma parte significativa da circulação artística se concentra num conjunto relativamente restrito de entidades com forte capacidade de mobilidade territorial. Este padrão indica que a circulação artística na RTCP parece assentar, em larga medida, num conjunto relativamente reduzido de estruturas e artistas que desempenham um papel particularmente relevante na ligação entre equipamentos, públicos e territórios. Neste sentido, mais do que evidenciar uma rede amplamente distribuída, os dados apontam para a existência de agentes que funcionam como nós de interligação, contribuindo para a difusão de obras, práticas e relações de cooperação no interior da Rede.

Do ponto de vista territorial, observa-se que alguns municípios assumem um papel central na receção e circulação de artistas, destacando-se Ílhavo, Loulé e Barcelos. Estes territórios funcionam como nós de maior densidade artística dentro da RTCP, acolhendo um número expressivo de entidades e artistas que também atuam noutros municípios. Estas evidências sobre a circulação artística articulam-se com a distribuição territorial dos apoios, que revela diferenças significativas na capacidade técnica e institucional das entidades.

Na prática, a presença simultânea de municípios do litoral e do interior evidencia uma distribuição relativamente descentralizada, coerente com os princípios de equidade territorial e democratização do acesso à cultura que estruturam a política pública subjacente à Rede. Ainda assim, persistem algumas assimetrias regionais, e a predominância de equipamentos urbanos com maior capacidade técnica e programática sugere que a consolidação de uma rede verdadeiramente interdependente dependerá de mecanismos de cooperação sustentada e de partilha efetiva de recursos e decisões.

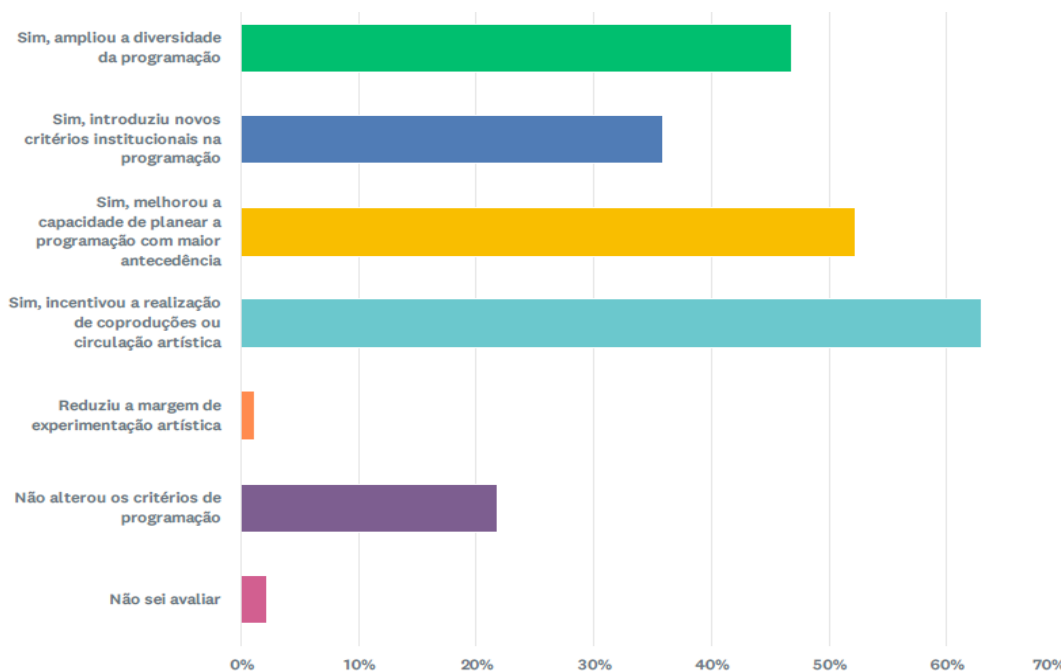
Esta evidência encontra correspondência nas perceções das entidades. Cerca de 65% dos respondentes consideram que a integração na RTCP contribuiu para aumentar, de forma moderada ou significativa, a circulação artística para além do território habitual de atuação da entidade. Embora esta perceção não permita medir diretamente a intensidade dos fluxos de circulação, sugere que os mecanismos promovidos pela Rede são reconhecidos pelos seus participantes como fatores de ampliação dos circuitos artísticos e programáticos (Figura 11).

Figura 10. Municípios com artistas em circulação (critério: n.º de artistas que atuaram em mais de um município, 1º e 2º concurso)



Fonte: elaboração UA com base em dados da DGArtes

Figura 11. Respostas das entidades ao questionário aplicado – Pergunta: A integração na RTCP influenciou de alguma forma os critérios de programação artística da sua entidade? (pode escolher mais do que uma opção)



Fonte: elaboração UA com base nos dados do questionário aplicado

Importa distinguir, contudo, circulação efetiva e acesso comunicacional. A Rede pode abrir canais de contacto, dar visibilidade a estruturas artísticas e facilitar o acesso a interlocutores mesmo quando esses contactos ainda não se traduzem em programação regular. Esta função de

visibilidade é especialmente relevante para estruturas situadas em territórios periféricos, embora gere também expectativas que podem não se concretizar quando a capacidade de acolhimento dos equipamentos é limitada.

Apoios e equipas técnicas de colaboração

Este aspeto torna-se particularmente evidente quando se observa a distribuição territorial dos apoios: as regiões com maior densidade de equipamentos (Centro e Norte) concentram igualmente o maior número de candidaturas bem-sucedidas, o que pode traduzir não apenas uma maior capacidade técnica e institucional, mas também uma reprodução de assimetrias preexistentes na rede de infraestruturas culturais. Por contraste, nas regiões do Alentejo e Algarve, onde a Rede tem funcionado como motor de estruturação cultural, a cooperação assume um carácter mais funcional e intermunicipal, mas ainda com fraca continuidade no tempo.

Estes elementos sugerem que o potencial de capilaridade territorial da RTCP ainda não se traduz plenamente num efeito de rede consolidado, entendido como um sistema de interdependências duradouras e reciprocidade entre entidades.

No plano organizacional, a análise das candidaturas mostra que as entidades com equipas técnicas residentes e maior estabilidade institucional são também aquelas que tendem a liderar ou a coordenar coproduções, enquanto as estruturas mais pequenas participam como parceiras operacionais ou de acolhimento. Esta hierarquia funcional, embora natural em processos de cooperação, pode limitar a horizontalidade da Rede e reforçar posições centrais de decisão e programação em determinados equipamentos ou regiões.

Em contrapartida, a presença de colaborações externas e de modelos organizacionais mais flexíveis revela uma dimensão adaptativa da RTCP: em contextos de menor densidade cultural, a Rede funciona como mecanismo de compensação estrutural, facilitando o acesso a recursos técnicos, artísticos e de programação.

Do ponto de vista analítico, estes padrões colocam em evidência a importância de distinguir entre cooperação formal e cooperação efetiva. A primeira manifesta-se através das candidaturas conjuntas e dos protocolos estabelecidos entre entidades; a segunda exige a observação da continuidade das relações, da partilha de recursos e da existência de resultados tangíveis, como a circulação de obras, o envolvimento de novos públicos ou a consolidação de redes interterritoriais.

Em síntese, os dados disponíveis sugerem que a RTCP tem contribuído para reforçar práticas colaborativas e promover uma lógica de partilha entre entidades culturais. No entanto, o seu efeito de rede parece ainda em consolidação, o que requer mecanismos de observação mais precisos e instrumentos de política capazes de incentivar não apenas a cooperação formal, mas também formas efetivas de governação colaborativa. A ausência de dados sistematizados sobre estas dimensões limita, nesta fase, a avaliação do impacto efetivo da RTCP enquanto rede cultural, mas evidencia a necessidade de desenvolver indicadores qualitativos e relacionais que captem os processos de interação, circulação e aprendizagem entre os seus membros.



A análise integrada permite identificar mecanismos concretos que limitam a passagem de uma cooperação formal para uma cooperação efetiva (Tabela 2).

Tabela 2. Mecanismos de cooperação

Mecanismo limitador	Manifestação observada	Efeito sobre a cooperação
Saturação de agendas	Calendários fechados com grande antecedência e menor capacidade de resposta a novas propostas.	Cria estabilidade, mas reduz flexibilidade e permeabilidade.
Equipas reduzidas	Programadores e técnicos acumulam funções de programação, produção, comunicação, mediação, relatórios e interlocução.	Limita cooperação estratégica e resposta a artistas.
Proximidade territorial	Parcerias tendem a ocorrer entre entidades geograficamente próximas.	Favorece cooperação local ou regional, mas limita circulação nacional.
Incentivos verticais	Critérios de avaliação orientam escolhas e podem privilegiar entidades já apoiadas ou mais visíveis.	Pode produzir fechamento e reprodução de vantagens.
Falta de intermediação	Listagens e contactos não bastam para transformar propostas em circulação.	Exige plataformas qualificadas, curadoria e matchmaking programático.
Mediação cultural insuficiente	A mediação é frequentemente associada a escolas ou atividades participativas pontuais.	Reduz o impacto público e territorial da programação.
Escassez competitiva	Há mais propostas artísticas do que capacidade efetiva de acolhimento e programação.	A Rede abre canais, mas pode intensificar competição e frustração.

4. Conclusões e recomendações

Os capítulos anteriores permitiram caracterizar a evolução da RTCP, identificar padrões de financiamento, organização, cooperação e circulação artística, bem como aprofundar, através das entrevistas, os mecanismos que explicam os resultados observados. A diversidade de fontes mobilizadas torna possível passar de uma análise descritiva para uma apreciação integrada da política pública, evidenciando os seus efeitos e as condições que têm favorecido ou limitado a sua consolidação.

Este capítulo reúne as principais conclusões do estudo e traduz a evidência produzida em orientações para o desenvolvimento futuro da Rede. Inicia-se com uma leitura integrada dos principais resultados, sistematiza as conclusões transversais que emergem da análise, apresenta um conjunto de recomendações estratégicas e operacionais e organiza, por fim, essas recomendações numa matriz de implementação destinada a apoiar a sua operacionalização.

4.1. Leitura integrada: modelo efetivo de governação, assimetrias e sustentabilidade da RTCP

A análise integrada dos dados administrativos, do questionário e das entrevistas permite sintetizar a RTCP como um programa-rede de governação cultural territorial. Esta formulação permite reconhecer que a Rede não é apenas um programa de financiamento, nem apenas um sistema de credenciação, nem apenas um dispositivo de cooperação. É uma política pública composta, que cria critérios, distribui recursos, reconhece equipamentos, induz comportamentos, organiza expectativas, promove circulação e procura territorializar o acesso à cultura.

Tabela 3. Modelo de Governação: funções e riscos

Dimensão da RTCP	Função principal	Risco associado
Financiamento	Permite escala, regularidade, risco artístico e proteção face à instabilidade local.	Pode reforçar dependências se não for acompanhado de capacidade institucional e cooperação.
Credenciação	Define mínimos de qualidade, equipa, direção artística, infraestrutura e capacidade organizativa.	Pode excluir ou fragilizar entidades com potencial, mas menor maturidade administrativa.
Reconhecimento	Confere legitimidade institucional e pertença a uma rede nacional.	Pode transformar a rede num selo reputacional mais do que numa relação cooperativa efetiva.
Coordenação	Cria enquadramento comum e alinha programação com objetivos públicos.	Mantém forte centralidade estatal e assimetrias de influência.
Cooperação	Induz circulação, coprodução e articulação entre equipamentos e artistas.	Permanece desigual, frequentemente instrumental e condicionada por recursos.
Territorialização	Promove acesso, coesão e presença cultural qualificada fora dos centros dominantes.	Não elimina diferenças estruturais entre territórios e pode reproduzir vantagens acumuladas.
Visibilidade e contacto	Abre canais de comunicação entre artistas, estruturas, programadores e equipamentos, sobretudo fora dos circuitos culturais mais consolidados.	Pode gerar expectativas de acesso que não se concretizam se não houver capacidade de acolhimento, intermediação e resposta.

O modelo efetivo de governação é multinível, mas assimétrico. A administração central conserva forte capacidade de definição de regras, critérios, reconhecimento, financiamento e acompanhamento. Os municípios asseguram condições materiais, enquadramento político e continuidade local. Os equipamentos executam programação, acolhimento, coprodução e mediação. As estruturas artísticas dão conteúdo cultural à Rede, mas participam de forma mais indireta na sua governação formal. A RTCP combina, assim, uma lógica hierárquica, uma lógica contratual e uma lógica de rede.

A governação é, portanto, centralizada na orientação, descentralizada na execução e ainda insuficientemente estruturada na cooperação. Esta conclusão é fundamental para o estudo: a RTCP não deve ser avaliada apenas pela existência de instrumentos formais, mas pela qualidade das relações e capacidades que esses instrumentos conseguem produzir.

Tabela 4. Modelo de Governação: atores, funções e poder

Atores	Função efetiva	Implicação para a distribuição de poder
Administração central	Define critérios, credenciação, concursos, financiamento, monitorização e enquadramento estratégico.	Centralidade estratégica; capacidade de induzir comportamentos através de regras e incentivos.
Municípios	Financiam, enquadram politicamente, asseguram equipamentos e equipas locais.	Influência decisiva sobre continuidade, ambição, recursos e autonomia dos equipamentos; podem estabilizar a política, mas também condicionar programação e risco artístico.
Equipamentos culturais	Programam, acolhem, circulam, coproduzem, mediam públicos e executam compromissos.	Autonomia operacional condicionada por critérios, recursos, capacidade técnica e enquadramento político municipal.
Entidades artísticas	Criam, circulam, coproduzem e dão conteúdo cultural à rede.	Participação essencial mas frequentemente periférica na governação formal.
Públicos e comunidades	São destinatários da política e, em alguns casos, participantes em mediação.	Ainda pouco visíveis como atores ativos de governação e avaliação.

Esta configuração explica a sua força e os seus limites. A centralidade estatal permite garantir coerência, critérios e redistribuição; a base municipal assegura enraizamento territorial; e a ambição de rede cria condições para cooperação e circulação. Mas a articulação entre estas lógicas continua frágil quando faltam capacidade administrativa permanente, instrumentos de intermediação, critérios diferenciados, apoio aos credenciados sem financiamento, mecanismos de circulação inter-regional e condições laborais compatíveis com a ambição da política.

As assimetrias observadas não são residuais; são constitutivas do campo sobre o qual a RTCP intervém. Existem diferenças entre equipamentos apoiados e não apoiados, entre municípios com capacidades distintas, entre territórios centrais e periféricos, entre estruturas artísticas com e sem apoio sustentado, entre áreas artísticas mais ou menos representadas e entre equipas com diferentes graus de estabilidade contratual. A Rede reduz algumas destas desigualdades, mas pode reproduzi-las se os seus instrumentos forem demasiado uniformes ou se os incentivos favorecerem cumulativamente atores já mais fortes.

A RTCP apresenta, assim, um duplo efeito. Por um lado, mitiga assimetrias ao financiar, credenciar e reconhecer equipamentos fora dos centros dominantes. Por outro, pode reproduzir desigualdades se tratar de forma uniforme entidades com capacidades muito diferentes ou se criar incentivos que beneficiam atores já favorecidos. O desafio não é escolher entre igualdade



formal e diferenciação, mas construir uma equidade operacional: critérios comuns acompanhados por instrumentos diferenciados de apoio, capacitação e monitorização.

Tabela 5. Modelo de Governação: assimetrias e efeitos

Tipo de assimetria	Efeito observado	Resposta possível
Equipamentos apoiados vs. credenciados sem apoio	Diferença entre reconhecimento formal e capacidade programática efetiva.	Acompanhar os credenciados sem apoio; criar instrumentos de transição e capacitação.
Municípios fortes vs. municípios frágeis	Capacidade financeira e política local condiciona escala e continuidade.	Critérios sensíveis à capacidade local e apoio técnico territorializado.
Estruturas artísticas apoiadas vs. não apoiadas	Indicadores podem privilegiar entidades já financiadas.	Reservar margem para diversidade, risco e artistas sem apoio sustentado.
Centro vs. periferia	Distância, menor densidade cultural e custos de circulação afetam oportunidades.	Mecanismos de compensação territorial e circulação inter-regional.
Disciplinas artísticas	Algumas áreas exigem mais mediação e enfrentam maior risco programático.	Apoio específico à mediação, formação de públicos e curadoria partilhada.
Capacidade comunicacional dos artistas	Dossiers, contactos e reputação influenciam acesso informal à programação.	Plataforma qualificada, formatos standard e capacitação profissional.
Visibilidade, comunicação e hábitos culturais	Estruturas e territórios de menor densidade enfrentam barreiras relacionais e simbólicas adicionais no acesso a programadores, públicos e reconhecimento.	Reforçar comunicação externa, intermediação qualificada, mediação de públicos e mecanismos de contacto transparente.

A sustentabilidade futura da RTCP deve, por isso, ser entendida em quatro planos articulados: sustentabilidade institucional, através de capacidade orgânica dedicada e memória administrativa; sustentabilidade territorial, através de diferenciação, capacitação e compensação de desigualdades; sustentabilidade artística, através da preservação da diversidade, do risco e da experimentação; e sustentabilidade laboral, através da valorização das equipas, estabilidade dos vínculos, prevenção do desgaste e proteção da autonomia programática.

A RTCP demonstrou capacidade de criar estabilidade e previsibilidade. Esta estabilidade permite aos equipamentos planear com maior antecedência, assumir compromissos de programação, reforçar equipas e aumentar a escala de atuação. Contudo, a dependência de financiamento público permanece elevada. O risco não é apenas eventual redução de verbas; é a dificuldade de algumas entidades em transformar financiamento em capacidade duradoura. Assim, no plano institucional, a sustentabilidade depende da adequação orgânica da administração coordenadora. A análise evidencia uma tensão entre uma política nacional complexa e uma estrutura administrativa que continua parcialmente desenhada para gerir apoios, concursos e procedimentos. A RTCP exige uma entidade coordenadora com capacidade permanente para monitorizar, facilitar, comunicar, avaliar, apoiar e aprender com a rede. Sem esta capacidade, a política pode permanecer formalmente ativa, mas operacionalmente subdimensionada.

A sustentabilidade exige que a RTCP deixe de depender excessivamente de incentivos verticais e se torne uma rede com interdependências horizontais reais. Isto significa que os equipamentos devem cooperar não apenas porque os critérios o incentivam, mas porque reconhecem valor

estratégico na partilha de recursos, na coprodução, na circulação e na aprendizagem conjunta. Esta passagem exige tempo, confiança e instrumentos específicos. Assim, no plano territorial, a sustentabilidade depende da capacidade da rede para lidar com diferenças de partida. Se os instrumentos forem demasiado uniformes, os territórios mais frágeis podem não conseguir acompanhar o ritmo da rede; se forem demasiado flexíveis, perde-se coerência nacional. A solução está numa arquitetura diferenciada: princípios comuns, mas mecanismos de apoio calibrados segundo capacidade, localização, maturidade institucional e função territorial.

No plano artístico, a sustentabilidade depende da preservação da diversidade. Uma rede demasiado orientada para indicadores pode reduzir risco, favorecer atores já reconhecidos ou produzir homogeneização da programação. A RTCP deve evitar transformar-se num circuito fechado de entidades recorrentes. O seu valor público reside também na abertura a novas vozes, disciplinas menos programadas, artistas emergentes e formatos experimentais. Importa referir que, no plano dos públicos, a sustentabilidade exige, também, aprofundamento da mediação cultural. A rede não deve medir-se apenas pela oferta disponível, mas pela capacidade de criar relações culturalmente significativas nos territórios. A mediação não deve ser periférica nem residual; deve tornar-se dimensão estrutural da programação, permitindo aproximar obras, artistas, comunidades, escolas, associações, públicos especializados e públicos improváveis.

No plano laboral, a sustentabilidade exige atenção às condições de trabalho que sustentam a rede. A existência de financiamento e programação acrescida pode coexistir com contratos instáveis, baixos salários, prestação de serviços, equipas subdimensionadas, acumulação de funções, excesso de horas, falta de descanso e desgaste emocional. Esta tensão deve ser assumida como problema de política pública: uma rede cultural robusta não pode depender estruturalmente da precariedade dos técnicos, produtores, comunicadores, programadores e artistas que a tornam possível. A avaliação da RTCP deve, por isso, incorporar indicadores de sustentabilidade laboral, estabilidade das equipas, progressão profissional e saúde organizacional.

Tabela 6. Cenários de evolução da RTCP

Cenário	Descrição	Implicação
Cenário 1: Rede-programa estabilizada	A RTCP mantém financiamento, credenciação e monitorização, mas a cooperação permanece limitada e desigual.	Baixo risco político imediato, mas perda gradual de potencial transformador.
Cenário 2: Rede-clubes ou circuito fechado	Indicadores e agendas favorecem entidades já apoiadas, equipamentos mais fortes e relações recorrentes.	Risco de reprodução de assimetrias, exclusão indireta e homogeneização programática.
Cenário 3: Rede territorial diferenciada	A política combina critérios comuns com instrumentos de apoio diferenciados, capacitação e mediação territorial.	Maior equidade, mas exige capacidade administrativa e informação de qualidade.
Cenário 4: Rede cooperativa densa	A RTCP evolui para coprodução estruturada, circulação inter-regional, aprendizagem interpares e participação mais ativa dos agentes.	Cenário mais desejável, mas depende de recursos, coordenação e tempo institucional.



4.2. Conclusões transversais

As conclusões apresentadas de seguida sintetizam os principais resultados do estudo, reunindo os padrões que emergem de forma consistente da análise documental, dos dados administrativos, do questionário e das entrevistas. Não constituem conclusões independentes das secções anteriores e pretendem servir como uma sistematização transversal da evidência produzida, procurando destacar os aspetos mais relevantes para a compreensão do funcionamento atual da RTCP e dos desafios associados à sua evolução:

- A RTCP afirmou-se como infraestrutura nacional de reconhecimento, programação e acesso cultural, contribuindo para reforçar a legitimidade dos equipamentos culturais junto de artistas, parceiros, comunidades e decisores locais;
- A Rede combina várias funções de política pública: financiamento, credenciação, legitimação institucional, coordenação territorial, capacitação, indução de cooperação e promoção da circulação artística.
- A cooperação existe, mas permanece desigual, frequentemente local, episódica e dependente de incentivos formais. A transição para cooperação efetiva exige continuidade, confiança, interdependência, partilha de recursos e mecanismos próprios de intermediação.
- As assimetrias territoriais, institucionais, financeiras, disciplinares e laborais continuam a condicionar o funcionamento da Rede. A RTCP corrige algumas desigualdades, mas pode reproduzir vantagens acumuladas se não adotar instrumentos mais proporcionais e diferenciados.
- A sustentabilidade futura da RTCP depende de uma agenda de segunda geração: mais capacidade orgânica, melhor informação, cooperação plurianual, mediação cultural, comunicação pública, autonomia programática e condições de trabalho adequadas.

Tabela 7. Resultados e implicações

Dimensão integrada	Resultado principal	Implicação para a política pública
Tipologia da RTCP	Programa-rede híbrido que articula financiamento, credenciação, reconhecimento, coordenação, cooperação e territorialização.	Avaliar simultaneamente efeitos financeiros, institucionais, relacionais, territoriais e simbólicos.
Governança	Modelo multinível assimétrico, com centralidade estratégica da DGArtes e operacionalização municipal e local.	Reforçar participação, mediação, autonomia programática e capacidade orgânica de coordenação.
Cooperação	Cooperação formal já presente, mas cooperação efetiva ainda desigual e limitada por recursos, agendas e proximidade.	Criar instrumentos de cooperação plurianual, intermediação qualificada e circulação inter-regional.
Assimetrias	Diferenças persistentes entre territórios, equipamentos, disciplinas, estruturas apoiadas e não apoiadas.	Adotar critérios proporcionais, capacitação dirigida e mecanismos de compensação territorial.
Sustentabilidade	A continuidade depende de financiamento, mas também de capacidade administrativa, aprendizagem, mediação e condições laborais.	Passar da fase de expansão para uma política de segunda geração centrada na qualificação da Rede.



4.3. Recomendações estratégicas e operacionais

As recomendações seguintes partem da leitura integrada dos dados administrativos, dos relatórios anuais, do questionário às entidades credenciadas e da análise qualitativa das entrevistas. No seu conjunto, apontam para a necessidade da RTCP evoluir de uma fase de expansão, credenciação e consolidação inicial para uma fase de qualificação institucional, aprofundamento cooperativo, diferenciação territorial e aprendizagem sistemática.

A RTCP já demonstrou capacidade para produzir reconhecimento institucional, reforçar a programação regular, ampliar a circulação artística, criar espaços de encontro entre entidades e contribuir para uma presença cultural mais distribuída no território nacional. Contudo, os resultados evidenciam também limites relevantes: cooperação ainda desigual e frequentemente dependente de projetos ou candidaturas; assimetrias entre equipamentos apoiados e não apoiados; fragilidades de capacidade técnica e administrativa; pressão sobre equipas reduzidas; riscos de concentração em entidades mais fortes; insuficiente mediação cultural; e necessidade de reforçar a autonomia programática, a comunicação pública e a sustentabilidade laboral da Rede.

Neste sentido, recomenda-se uma agenda de implementação organizada em seis dimensões complementares: governação e coordenação; monitorização, avaliação e aprendizagem; cooperação, circulação e intermediação; equidade territorial, capacitação e diversidade; mediação, públicos e valor público; e sustentabilidade laboral, autonomia e condições de funcionamento.

Dimensão 1 — Governação, coordenação e participação

A consolidação da RTCP exige uma arquitetura de governação mais robusta, capaz de combinar orientação estratégica nacional, compromisso municipal, autonomia dos equipamentos, participação das entidades credenciadas e envolvimento dos agentes artísticos. A Rede funciona hoje num modelo multinível em que a administração central define regras, critérios, credenciação, financiamento e acompanhamento; os municípios asseguram condições materiais, políticas e organizacionais; os equipamentos concretizam a programação; e as estruturas artísticas dão conteúdo à circulação e à coprodução. Esta distribuição de funções é adequada à natureza da política, mas permanece assimétrica e insuficientemente institucionalizada.

1.1. Criar capacidade orgânica dedicada à coordenação da RTCP

A complexidade da RTCP cresceu mais rapidamente do que a capacidade administrativa disponível para a sua coordenação. Recomenda-se a criação de uma equipa ou unidade orgânica dedicada à Rede, com funções permanentes de coordenação estratégica, acompanhamento técnico, gestão de informação, apoio aos equipamentos, articulação com municípios, mediação entre atores, comunicação pública, preparação de instrumentos de avaliação e acompanhamento das recomendações.

Esta estrutura deve permitir reduzir a dependência de equipas informais, acumulação de responsabilidades e conhecimento individualizado. Deve ainda criar memória institucional, capacidade de resposta e acompanhamento diferenciado dos vários perfis de entidades: equipamentos apoiados, equipamentos credenciados sem apoio, municípios com menor capacidade técnica, estruturas artísticas em circulação e agentes externos à Rede.



- criar uma unidade permanente RTCP no âmbito da DGArtes, com competências técnicas em políticas culturais, monitorização, análise territorial, programação, mediação, comunicação e gestão de redes;
- definir um plano anual de acompanhamento da Rede, articulando visitas técnicas, reuniões temáticas, análise de relatórios e devolução de resultados às entidades;
- estabelecer pontos focais regionais ou mecanismos de acompanhamento territorial, evitando que a coordenação dependa apenas de procedimentos administrativos centralizados;
- criar um repositório institucional de informação, decisões, critérios, boas práticas, indicadores e instrumentos de apoio.

1.2. Reforçar a governação participada da Rede

Os resultados do questionário revelam que uma parte significativa das entidades considera reduzida a sua capacidade de influenciar as orientações e prioridades da RTCP. Embora a Rede tenha vindo a criar espaços de encontro, articulação e diálogo, esta perceção sugere a necessidade de aprofundar mecanismos regulares de participação, consulta e corresponsabilização.

Recomenda-se o reforço dos canais de auscultação das entidades credenciadas, dos municípios, dos programadores, das estruturas artísticas e de outros agentes culturais relevantes. A consolidação da RTCP enquanto rede colaborativa depende não apenas da existência de financiamento e instrumentos de cooperação, mas também de processos de decisão mais legíveis, participados e orientados para a construção de confiança institucional.

- institucionalizar uma Assembleia anual da RTCP, com função consultiva e de balanço estratégico;
- criar grupos de trabalho temáticos sobre cooperação, mediação, sustentabilidade laboral, diversidade artística, circulação inter-regional, acessibilidades e comunicação;
- realizar consultas periódicas às entidades credenciadas antes de alterações significativas aos critérios, formulários ou instrumentos de acompanhamento;
- criar mecanismos de devolução pública das principais conclusões das consultas, explicando que contributos foram incorporados e quais não foram acolhidos.

1.3. Proteger a autonomia programática e a direção artística

A relação entre municípios e equipamentos culturais é indispensável para assegurar recursos, enraizamento, legitimidade pública e continuidade institucional. Contudo, a dependência política e financeira dos equipamentos pode condicionar a autonomia técnica dos programadores e direções artísticas, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade institucional.

Recomenda-se a clarificação de princípios orientadores que protejam a independência programática, a transparência decisória e a capacidade de assumir risco artístico, preservando simultaneamente a responsabilidade pública municipal. A RTCP deve valorizar a existência de direção artística ou programação qualificada não apenas como requisito formal, mas como condição substantiva de qualidade, diversidade, inovação e compromisso público.

- elaborar uma carta de princípios sobre autonomia programática, responsabilidade pública e transparência decisória;
- incluir nos instrumentos de acompanhamento informação sobre modelos de decisão programática, envolvimento político, direção artística e critérios de seleção;



- promover formação específica para responsáveis municipais e técnicos sobre governação cultural, autonomia artística e valor público da programação;
- valorizar, em sede de avaliação e acompanhamento, modelos de programação tecnicamente fundamentados, pluralistas e resistentes a ciclos políticos de curto prazo.

Dimensão 2 — Monitorização, avaliação e aprendizagem institucional

A qualidade, disponibilidade e comparabilidade da informação continuam a ser condições essenciais para acompanhar a evolução da RTCP e avaliar os seus efeitos. A Rede dispõe já de relatórios anuais, dados de candidatura, informação financeira, questionário e evidência qualitativa, mas esta informação deve ser progressivamente organizada num sistema permanente de monitorização e aprendizagem.

2.1. Reforçar o sistema permanente de monitorização e avaliação

Recomenda-se o desenvolvimento de um sistema permanente de monitorização e avaliação baseado em indicadores harmonizados, recolhidos de forma sistemática e orientados para a aprendizagem institucional. Este sistema deve incluir indicadores de programação, públicos, circulação, coprodução, mediação, financiamento, recursos humanos, condições laborais, diversidade artística, distribuição territorial, acessibilidade, participação das entidades e efeitos de reconhecimento institucional.

Os relatórios anuais devem deixar de funcionar apenas como instrumentos de prestação administrativa de informação e passar a alimentar uma inteligência estratégica da Rede. A informação recolhida deve ser devolvida às entidades sob a forma de sínteses comparativas, mapas de circulação, diagnósticos territoriais, indicadores de evolução, recomendações práticas e identificação de boas práticas transferíveis.

- criar uma matriz estável de indicadores RTCP, diferenciando indicadores de execução, resultado, processo e impacto;
- construir um painel anual de monitorização, com dados agregados por região, tipo de entidade, dimensão do equipamento, área artística, condição de apoio financeiro e perfil territorial;
- produzir relatórios de devolução às entidades, permitindo que cada equipamento compare a sua evolução com padrões agregados da Rede;
- integrar indicadores qualitativos sobre cooperação, mediação, públicos, autonomia programática e sustentabilidade laboral;
- articular os dados administrativos com inquéritos periódicos e momentos qualitativos de avaliação.

2.2. Calibrar indicadores para evitar efeitos perversos

Os critérios de avaliação têm capacidade de induzir comportamentos. Recomenda-se uma revisão periódica dos indicadores para evitar que a valorização da circulação dentro da Rede, do acolhimento de entidades já apoiadas ou da coprodução com estruturas mais visíveis produza efeitos cumulativos de concentração.

A RTCP deve proteger espaço para novos criadores, entidades não apoiadas, projetos de menor escala, risco artístico, diversidade disciplinar, práticas experimentais e territórios com menor capacidade institucional. A avaliação deve reconhecer desempenhos diferenciados sem penalizar automaticamente entidades que partem de condições mais frágeis ou que atuam em contextos de baixa densidade.



- avaliar se os critérios estão a favorecer excessivamente entidades já consolidadas;
- introduzir indicadores de abertura a novas estruturas, diversidade disciplinar e renovação de parcerias;
- distinguir circulação quantitativa de circulação qualificada, considerando mediação, relação territorial e continuidade;
- evitar que a medição da cooperação se limite ao número de parcerias declaradas;
- criar mecanismos de correção para efeitos de concentração regional, institucional ou disciplinar.

Dimensão 3 — Cooperação, circulação e intermediação

A RTCP criou condições para ampliar contactos, parcerias, coproduções e circulação artística. Contudo, a cooperação permanece frequentemente associada a candidaturas, projetos específicos ou relações de proximidade territorial. A passagem de uma rede formalmente instituída para uma rede efetivamente cooperativa exige instrumentos próprios de intermediação, continuidade e partilha.

3.1. Promover cooperação plurianual e interdependência efetiva

Recomenda-se a criação de instrumentos de incentivo à cooperação plurianual, à coprodução continuada e à partilha de recursos entre entidades de diferentes regiões. O objetivo deve ser passar de parcerias declaradas para relações duradouras de interdependência, confiança, circulação de conhecimento e aprendizagem institucional.

- criar linhas de apoio a consórcios plurianuais entre equipamentos;
- apoiar laboratórios de coprodução entre entidades de diferentes escalas e regiões;
- promover residências de programação e intercâmbio entre equipas técnicas;
- incentivar projetos de cooperação que envolvam planeamento conjunto, partilha de recursos e avaliação comum;
- valorizar parcerias repetidas quando revelem aprofundamento cooperativo, mas também abertura a novos parceiros.

3.2. Reforçar a intermediação entre equipamentos, programadores e estruturas artísticas

A disponibilização de contactos ou listagens de entidades não é suficiente para criar circulação efetiva. Recomenda-se a criação de uma plataforma qualificada de intermediação, com informação curada sobre projetos disponíveis para circulação, perfis de artistas e estruturas, requisitos técnicos, materiais de mediação, calendários, condições de acolhimento, oportunidades de coprodução e necessidades dos equipamentos.

A plataforma deve evitar transformar-se num mercado indiferenciado de propostas. Deve combinar abertura, curadoria, transparência e acompanhamento técnico, reduzindo simultaneamente a sobrecarga dos programadores e a opacidade sentida por artistas e estruturas que procuram circulação.

- criar uma plataforma digital RTCP com perfis normalizados de equipamentos, projetos e estruturas artísticas;
- incluir informação técnica sobre necessidades de palco, equipas, custos logísticos, públicos-alvo e materiais de mediação;
- desenvolver momentos regulares de apresentação curada de projetos, presenciais e online;



- promover mecanismos de matchmaking entre equipamentos e estruturas, com acompanhamento técnico;
- garantir transparência sobre calendários de programação, períodos de submissão e critérios de seleção.

3.3. Criar mecanismos de circulação inter-regional e compensação logística

Os resultados sugerem que a RTCP tem contribuído para alargar o acesso à oferta cultural e reforçar a presença de programação artística em territórios de menor densidade, mas persistem assimetrias na intensidade da cooperação e na circulação entre regiões. Recomenda-se o reforço de mecanismos que estimulem a circulação intermunicipal e inter-regional, especialmente entre territórios distantes e com menor densidade relacional.

- criar bolsas logísticas para apoiar deslocações, transporte técnico, alojamento e adaptação de projetos a contextos distantes;
- incentivar circuitos temáticos nacionais, envolvendo equipamentos de várias regiões;
- majorar projetos que articulem territórios não contíguos ou com baixa intensidade de cooperação prévia;
- promover coproduções entre equipamentos de escalas distintas;
- criar programas-piloto de circulação entre territórios metropolitanos, intermédios e de baixa densidade;
- mapear anualmente a circulação inter-regional, identificando vazios, dependências e oportunidades.

Dimensão 4 — Equidade territorial, capacitação e diversidade programática

A RTCP atua sobre um campo profundamente assimétrico. Existem diferenças entre entidades apoiadas e não apoiadas, equipamentos com maior ou menor maturidade institucional, municípios com capacidades técnicas desiguais, territórios centrais e periféricos, estruturas artísticas apoiadas e não apoiadas, e áreas disciplinares com diferentes condições de circulação. A política deve reconhecer esta diversidade de pontos de partida.

4.1. Acompanhar especificamente os equipamentos credenciados sem apoio

A coexistência de equipamentos credenciados com e sem apoio constitui uma das principais tensões da RTCP. Recomenda-se a criação de instrumentos específicos para este segmento, incluindo diagnóstico individualizado, capacitação dirigida, mentoria, apoio à preparação de candidaturas, linhas transitórias de qualificação e mecanismos de integração progressiva em dinâmicas de circulação e cooperação.

Esta recomendação é essencial para evitar uma Rede a duas velocidades: uma rede financiada, programaticamente ativa e cooperante, e uma rede apenas reconhecida, mas sem recursos suficientes para concretizar as potencialidades associadas à credenciação.

- elaborar diagnóstico dos equipamentos credenciados sem apoio;
- identificar necessidades técnicas, financeiras, programáticas e administrativas;
- criar um programa de mentoria entre equipamentos apoiados e não apoiados;
- disponibilizar apoio técnico à preparação de candidaturas e planos de atividade;
- criar linhas de pequena escala para qualificação, capacitação e participação em redes de circulação;
- avaliar a evolução destes equipamentos em ciclos plurianuais, evitando leituras pontuais.

4.2. Reduzir assimetrias através de critérios proporcionais e compensação territorial

Recomenda-se que os critérios de avaliação e acompanhamento reconheçam pontos de partida diferenciados, evitando tratar de forma idêntica realidades estruturalmente distintas. Devem ser considerados fatores como baixa densidade populacional, custos de interioridade, fragilidade das equipas, menor capacidade administrativa, dificuldades de mobilidade, menor densidade de públicos, fragilidade do tecido artístico local e distância face aos principais circuitos de circulação.

Esta diferenciação não deve significar redução da exigência. Deve antes permitir que a exigência seja calibrada de forma proporcional, promovendo equidade efetiva e não apenas igualdade formal.

- introduzir fatores de contexto territorial nos instrumentos de avaliação;
- criar majorações para projetos em territórios de baixa densidade ou com menor intensidade cultural;
- apoiar custos acrescidos de mobilidade e logística;
- diferenciar metas de acordo com dimensão, maturidade e capacidade das entidades;
- evitar que equipamentos frágeis sejam avaliados apenas por critérios adequados a entidades consolidadas;
- monitorizar se a RTCP está a reduzir ou reproduzir desigualdades territoriais.

4.3. Consolidar a diversificação programática e o desenvolvimento de públicos

Os resultados sugerem que a RTCP tem contribuído para ampliar a diversidade das práticas programáticas desenvolvidas pelos equipamentos, incentivando a articulação entre acolhimentos, coproduções, mediação cultural, residências artísticas e circulação. Paralelamente, as entidades identificam impactos positivos na diversificação de públicos e na participação de públicos jovens e escolares.

Recomenda-se a continuidade de instrumentos que valorizem modelos de programação integrados, capazes de articular criação, circulação, mediação e desenvolvimento de públicos. Esta orientação permitirá reforçar a capacidade dos equipamentos para responder às especificidades dos diferentes territórios e consolidar o papel da RTCP enquanto instrumento de democratização do acesso à cultura.

- valorizar programação que articule diferentes áreas artísticas, formatos e escalas;
- criar incentivos à presença de áreas menos representadas, como dança, cruzamentos disciplinares, criação emergente e práticas experimentais;
- apoiar projetos que combinem programação regular, residências, mediação e envolvimento comunitário;
- desenvolver indicadores de diversidade programática que não se limitem ao número de áreas artísticas;
- promover partilha de boas práticas sobre captação e diversificação de públicos.



Dimensão 5 — Mediação, públicos e valor público da cultura

A RTCP não deve ser avaliada apenas pela quantidade de espetáculos, volume financeiro executado ou número de parcerias. O seu valor público depende também da capacidade de produzir relação cultural, formação de públicos, reconhecimento territorial, participação, aprendizagem e vida comunitária.

5.1. Fortalecer a mediação cultural como dimensão transversal

A mediação cultural deve deixar de ser entendida como dimensão complementar ou limitada a públicos escolares e atividades participativas pontuais. Recomenda-se que a RTCP integre a mediação como eixo transversal da programação, da circulação e da avaliação. Cada programação pode gerar oportunidades de contextualização, conversa, formação de públicos, relação com comunidades, associações, escolas, universidades e públicos menos presentes.

- integrar planos de mediação nos projetos apoiados;
- criar recursos partilhados de mediação para obras em circulação;
- apoiar formação de mediadores culturais locais;
- estimular parcerias com escolas, universidades, associações, bibliotecas, museus e organizações sociais;
- criar indicadores qualitativos sobre relação com públicos e comunidades;
- promover programas de acompanhamento antes e depois dos espetáculos, evitando que a circulação se reduza ao momento da apresentação.

5.2. Melhorar a comunicação pública do valor da RTCP

A RTCP deve comunicar melhor o valor público da cultura e da programação em rede. Recomenda-se uma estratégia de comunicação que torne visíveis os efeitos culturais, sociais, educativos, profissionais e territoriais da Rede: empregos criados, profissões envolvidas, processos de formação, públicos alcançados, parcerias desenvolvidas, circuitos de circulação, efeitos de reconhecimento e contributos para a atratividade dos territórios.

Esta comunicação é particularmente importante para combater leituras redutoras da cultura como despesa subsidiada sem retorno público. O valor da RTCP não se mede apenas no número de espetáculos ou no volume financeiro executado; mede-se também na capacidade de produzir vida cultural, relação comunitária, emprego qualificado, aprendizagem, visibilidade territorial e justiça no acesso às artes.

- produzir um relatório público anual com linguagem acessível, infografias e mapas de circulação;
- comunicar histórias de impacto territorial, profissional, educativo e artístico;
- tornar visíveis profissões e equipas envolvidas na programação cultural;
- desenvolver campanhas sobre o valor da cultura em territórios de baixa densidade;
- divulgar resultados agregados sobre públicos, circulação, emprego, formação e cooperação;
- criar narrativas públicas que mostrem a RTCP como instrumento de coesão, democracia cultural e desenvolvimento territorial.



Dimensão 6 — Sustentabilidade laboral, capacidade técnica e condições de funcionamento

A sustentabilidade da RTCP depende das condições concretas de trabalho das equipas que a tornam possível. Não há cooperação robusta, programação qualificada, mediação consistente ou avaliação rigorosa sem equipas suficientes, valorizadas, estáveis e tecnicamente capacitadas. A expansão da Rede não deve assentar na intensificação indefinida do trabalho técnico, artístico e administrativo.

6.1. Integrar a sustentabilidade laboral nos critérios de acompanhamento

Recomenda-se que o acompanhamento da Rede inclua indicadores sobre dimensão das equipas, vínculos contratuais, remunerações, acumulação de funções, cargas horárias, descanso, formação, comunicação, produção, mediação e saúde mental. Esta informação deve permitir identificar riscos de precariedade, subdimensionamento e desgaste profissional.

A consolidação da RTCP exige equipas capazes, valorizadas e suficientemente estáveis para assegurar cooperação, qualidade, continuidade e aprendizagem institucional.

- identificar situações de subdimensionamento crónico das equipas;
- criar recomendações orientadoras sobre capacidade mínima adequada à escala de programação;
- promover formação sobre gestão de equipas, produção, comunicação, mediação, avaliação e bem-estar organizacional;
- articular sustentabilidade laboral com critérios de qualidade e continuidade da programação.

6.2. Reforço dos instrumentos de colaboração e partilha de recursos

Recomenda-se o reforço, em particular, da dimensão colaborativa da RTCP através de mecanismos permanentes de cooperação, capacitação e partilha de recursos, promovendo serviços técnicos partilhados, bolsas de recursos humanos especializados, programas contínuos de formação, comunidades de prática e instrumentos que facilitem a circulação de conhecimento entre entidades. Esta dinâmica deverá reconhecer as diferentes escalas, capacidades institucionais e contextos territoriais da Rede, favorecendo modelos de cooperação flexíveis e ajustados aos diferentes níveis de maturidade dos equipamentos.

- promover mecanismos de serviços técnicos partilhados e bolsas de recursos humanos especializados;
- consolidar programas contínuos de formação;
- estimular a criação de comunidades de prática e instrumentos que facilitem a circulação de conhecimento entre entidades



4.4. Agenda operacional de implementação

A implementação das recomendações deve ser faseada, permitindo distinguir medidas imediatas, instrumentos-piloto, consolidação institucional e avaliação de médio prazo.

Tabela 8. Agenda operacional de implementação

Fase	Horizonte temporal	Prioridades	Principais ações	Resultados esperados
Fase 1 — Preparação e desenho institucional	0–6 meses	Criar condições de coordenação, diagnóstico e desenho dos instrumentos	Constituir equipa/unidade RTCP; definir matriz de indicadores; atualizar número final de entrevistas e fontes; criar plano anual de acompanhamento; desenhar modelo de plataforma de intermediação; preparar diagnóstico dos equipamentos credenciados sem apoio; lançar consulta às entidades	Base institucional preparada; indicadores definidos; diagnóstico inicial iniciado; entidades envolvidas no desenho dos instrumentos
Fase 2 — Pilotos e instrumentos de qualificação	6–18 meses	Testar mecanismos de cooperação, monitorização e intermediação	Implementar painel-piloto de monitorização; lançar plataforma de intermediação em versão experimental; criar laboratórios de coprodução; iniciar programa de mentoria para equipamentos sem apoio; lançar bolsas logísticas-piloto; criar grupos de trabalho temáticos; produzir primeiro relatório de devolução às entidades	Melhoria da informação disponível; primeiros instrumentos de cooperação estruturada; maior transparência no acesso a programadores e projetos; identificação de boas práticas
Fase 3 — Consolidação e ajustamento dos critérios	18–36 meses	Integrar instrumentos no funcionamento regular da RTCP	Rever critérios de avaliação com base nos dados recolhidos; consolidar indicadores de sustentabilidade laboral; generalizar mecanismos de mediação; criar circuitos inter-regionais; ajustar apoios a contextos territoriais diferenciados; institucionalizar consulta anual; publicar relatório público de valor da RTCP	Rede mais qualificada; critérios mais proporcionais; maior circulação inter-regional; maior capacidade de aprendizagem; reforço da legitimidade pública
Fase 4 — Avaliação e política de segunda geração	36 meses ou mais	Avaliar efeitos e redefinir estratégia plurianual	Avaliar impacto dos instrumentos; comparar evolução entre ciclos de financiamento; medir redução ou persistência de assimetrias; rever arquitetura de governação; preparar plano estratégico plurianual da RTCP	RTCP consolidada como política pública de segunda geração; maior capacidade institucional; cooperação mais efetiva; melhor evidência sobre valor territorial, cultural e social

4.5. Matriz operacional por dimensão

A implementação das recomendações propostas exige uma visão articulada das diferentes dimensões de intervenção, permitindo relacionar objetivos estratégicos, medidas prioritárias e respetivos resultados esperados. Com esse propósito, apresenta-se uma matriz operacional que sistematiza, por dimensão de atuação, as principais linhas de intervenção identificadas ao longo do estudo. Esta matriz é um complemento à discussão desenvolvida nas secções anteriores; constitui-se como um instrumento de síntese destinado a facilitar a leitura integrada das recomendações e a apoiar a sua operacionalização.

Tabela 9. Matriz operacional por dimensão

Dimensão	Recomendações associadas	Instrumentos principais	Entidades envolvidas	Indicadores de acompanhamento
Governança, coordenação e participação	Criar capacidade orgânica; reforçar governação participada; proteger autonomia programática	Unidade RTCP; Assembleia anual; grupos de trabalho; carta de princípios de autonomia; consultas periódicas	DGArtes; municípios; equipamentos; programadores; estruturas artísticas	Número de reuniões; participação das entidades; grau de satisfação; decisões devolvidas às entidades; existência de orientações sobre autonomia
Monitorização, avaliação e aprendizagem	Sistema permanente de avaliação; calibragem de indicadores	Matriz de indicadores; painel anual; relatórios de devolução; mapas de circulação; indicadores qualitativos	DGArtes; equipa técnica; entidades credenciadas; universidades/parceiros de avaliação	Taxa de resposta; comparabilidade dos dados; número de indicadores consolidados; utilização dos dados na revisão de critérios
Cooperação, circulação e intermediação	Cooperação plurianual; plataforma qualificada; circulação inter-regional	Plataforma RTCP; laboratórios de coprodução; bolsas logísticas; consórcios plurianuais; residências de programação	Equipamentos; estruturas artísticas; municípios; DGArtes	Número de coproduções; parcerias inter-regionais; circulação entre regiões; diversidade de parceiros; continuidade das relações
Equidade territorial, capacitação e diversidade	Apoio aos credenciados sem financiamento; critérios proporcionais; diversidade programática	Diagnóstico individualizado; mentoria; capacitação; majorações territoriais; linhas transitórias; incentivos à diversidade	DGArtes; equipamentos apoiados e não apoiados; municípios; formadores	Evolução dos equipamentos sem apoio; distribuição territorial dos apoios; diversidade disciplinar; redução de assimetrias
Mediação, públicos e valor público	Mediação transversal; comunicação pública do valor da RTCP	Planos de mediação; recursos partilhados; formação de mediadores; relatório público; campanhas de comunicação	Equipamentos; escolas; universidades; associações; DGArtes; municípios	Públicos envolvidos; ações de mediação; participação de públicos jovens/escolares; narrativas de impacto; reconhecimento público
Sustentabilidade laboral e capacidade técnica	Integrar sustentabilidade laboral nos critérios de acompanhamento; reforço da colaboração	Indicadores RH; diagnóstico de equipas; orientações sobre capacidade mínima; formação; monitorização de cargas de trabalho	DGArtes; municípios; equipamentos; equipas técnicas e artísticas	Dimensão das equipas; vínculos contratuais; acumulação de funções; formação realizada; sinais de subdimensionamento



4.6. Síntese final

A implementação desta agenda deve ser entendida como processo gradual de consolidação. A RTCP não necessita apenas de continuidade financeira; necessita de capacidade institucional, instrumentos de aprendizagem, cooperação efetiva, diferenciação territorial, mediação cultural, comunicação pública e sustentabilidade laboral.

A fase seguinte da Rede deve, por isso, orientar-se para uma política de segunda geração: menos centrada apenas na expansão e na credenciação, e mais focada na qualidade das relações, na equidade dos instrumentos, na robustez das equipas, na circulação qualificada, na autonomia programática e no valor público produzido nos territórios.



ANEXO I - Campos do formulário de candidatura aos apoios da RTCP

Os campos de informação solicitados pela equipa de investigação da UA junto da DGArtes com vista à realização do estudo foram os abaixo discriminados:

CARACTERIZAÇÃO

Resumo de apresentação da candidatura

- todos os campos de candidatura
- Campos da identificação do equipamento
 - * Designação
 - * concelho
 - * NUTS II
 - * sinopse

Equipas

- Recursos humanos afetos ao espaço
 - Nome, Função, Equipa residente, Tipo de vínculo contratual
- Outros elementos da equipa
 - Nome, Vínculo, Função

Apoios

- Identificação e caracterização das parcerias e apoios (tabela completa, exceto documento comprovativo)
- Coproduções originais (tabela completa, exceto documento comprovativo)
- Outras coproduções (tabela completa, exceto documento comprovativo)

Plano de programação - 2022-2025

Plano de programação geral (Desenvolva e fundamente os seguintes aspetos para quatro anos de atividade continuada e plurianual):

- a) Relevância do plano de programação, evidenciando as principais características que contribuem para a sua inovação, originalidade, diversidade, coerência e excelência no contexto em que se propõe intervir
- b) Relevância estratégica da organização e da equipa no plano profissional, social e territorial

Descreva de que modo o plano se articula com a programação de outros teatros, cineteatros e equipamentos culturais que integrem a RTCP

Descreva de que forma o plano integra as missões e objetivos de interesse público e cultural

Descreva de que forma o plano integra o plano de comunicação geral da programação apresentada

Descreva as linhas orientadoras do plano de comunicação, as iniciativas de captação e sensibilização de públicos

Descreva as práticas de acessibilidade física, intelectual e social a implementar

Entidades programadas - quadro resumo

Domínio das Atividades: N.º de fichas, Domínio, Atividades 2022 (Nota: útil para controlo)

ANALISE DETALHADA – atividades

Designação

Atividades

Descreva as atividades que vai programar, enuncie os seus elementos distintivos e fundamente a sua pertinência, qualidade e originalidade. Justifique a adequação das entidades programadas para o desenvolvimento do plano.

Identifique as obras apoiadas pela DGARTES no domínio da criação (que são acolhidas)



Entidades programadas: Entidades/artistas, Obra programada (exceto Breve historial artístico)
Calendarização das atividades principais a desenvolver (Nota: esta não tem a entidade): Domínio Área
artística Ações Tipo de Atividade Data de início Data de fim Sessão ou n.º de sessões públicas, Público
estimado (total das sessões públicas), Identificação do espaço

3. Outros apoios públicos:

Apoios municipais

(outros apoios públicos que sejam identificados na candidatura)

Quadro resumo - Plano de atividades 2023-2025

Quadro resumo 1: orçamento por ano (2022 e seguintes)

ANEXO II - Campos dos Relatórios Anuais de Execução das entidades apoiadas

1. Dados da Entidade

- Nome comum
- Designação social / firma / nome
- Área artística
- Espaço próprio (sim/não)
- Concelho
- Início de atividade continuada

2. Espaços

- Espaço de apresentação (principal)
- Outros espaços (designação e função)

3. Parcerias e apoios

- Identificação e caracterização das parcerias e apoios

4. Outros apoios

- Outros apoios (todos os subcampos existentes)

5. Entidades programadas

- Domínio
- Obra apoiada pela DGARTES
- Artista ou Programa de apoio
- estrutura artística local (sim/não / identificação)

6. Plano de programação / atividades

- Designação / domínio / área artística das principais atividades
- Quadro resumo - Plano de atividades

7. Receitas

- Bilheteira
- Apoio da DGARTES
- Receitas da entidade gestora
- Outros apoios e financiamentos
(públicos e/ou privados; nacionais e/ou internacionais)
- Quadros resumo – se forem mais simples de extrair



ANEXO III – Questionário aplicado às entidades credenciadas

SECÇÃO 0 – Caracterização das entidades

Esta secção pretende recolher informação para caracterização da entidade.

1. Região onde se localiza o equipamento
 - Norte
 - Centro
 - Oeste e Vale do Tejo
 - Lisboa
 - Alentejo
 - Algarve
 - Região Autónoma dos Açores
 - Região Autónoma da Madeira

2. Tipologia territorial do município onde se insere
 - Predominantemente urbano
 - Intermédio
 - Predominantemente rural / baixa densidade

3. Natureza da entidade gestora
 - Município
 - Entidade municipal (empresa municipal, fundação, etc.)
 - Entidade independente (associação, cooperativa, etc.)
 - Outra (qual?) _____

4. Dimensão do equipamento (aproximação)
 - Pequena (até 200 lugares)
 - Média (201-500 lugares)
 - Grande (> 500 lugares)

5. Dimensão da equipa permanente
 - 1–5 pessoas
 - 6–10
 - 11–20
 - Mais de 20

6. Dotação orçamental anual para programação (intervalos)



- < 100 mil €
- 100 mil – 250 mil €
- 250 mil – 500 mil €
- 500 mil – 1M €
- > 1M €
- Não sei / prefiro não responder

SECÇÃO 1 – A RTCP na prática das entidades

Esta primeira parte procura compreender como a RTCP é vivida pelas entidades no seu funcionamento quotidiano, para além da sua definição formal enquanto política pública ou programa de apoio.

7. Para a sua entidade, a RTCP funciona principalmente como:

Assinale até duas opções

- Um programa de financiamento
- Uma rede de cooperação entre equipamentos
- Um selo de reconhecimento / legitimação institucional
- Um enquadramento administrativo obrigatório

8. Desde a integração na RTCP, considera que houve alterações no seguinte

Escala:

1 – Diminuiu significativamente

2 – Diminuiu ligeiramente

3 – Não se alterou

4 – Aumentou ligeiramente

5 – Aumentou significativamente

6 – Não sei avaliar

- Reconhecimento da entidade no território
- Reconhecimento por decisores políticos locais
- Reconhecimento por artistas e parceiros culturais nacionais
- Reconhecimento por artistas e parceiros culturais locais

9. Na sua perceção, a integração na RTCP teve efeitos nos seguintes aspetos da sua entidade?

Itens avaliados de acordo com a escala:

- 1 – Nenhum efeito
- 2 – Efeito reduzido
- 3 – Efeito moderado
- 4 – Efeito significativo
- 5 – Efeito muito significativo
- 6 – Não sei avaliar

- Carga administrativa associada à atividade da entidade
- Dependência de financiamento público
- Margem de experimentação artística
- Nível de profissionalização das equipas

SECÇÃO 2 – Cooperação e funcionamento em rede

A RTCP tem como um dos seus objetivos centrais a promoção da cooperação entre equipamentos culturais. A RTCP tem promovido esta cooperação, embora esta se manifeste, até ao momento, mais através de mecanismos formais do que de práticas continuadas e estruturadas. As questões seguintes incidem sobre a forma como essa cooperação se concretiza na prática, a partir da experiência das entidades.

10. Na sua experiência, a cooperação entre entidades da RTCP ocorre sobretudo através de mecanismos formais (candidaturas, protocolos), mais do que através de práticas continuadas ao longo do tempo.

Escala:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo
- 5 – Concordo totalmente
- 6 – Não sei avaliar

11. As parcerias tendem a desenvolver-se sobretudo em contextos locais ou de proximidade geográfica. Esta leitura corresponde à experiência da sua entidade?



Escala:

- 1 – Não corresponde de todo
- 2 – Corresponde pouco
- 3 – Corresponde moderadamente
- 4 – Corresponde bastante
- 5 – Corresponde plenamente
- 6 – Não sei avaliar

12. As parcerias desenvolvidas pela sua entidade no âmbito da RTCP são, maioritariamente:

- Pontuais, associadas a projetos específicos
- Repetidas com os mesmos parceiros ao longo do tempo
- Uma combinação das duas situações
- Não aplicável

13. Na maioria das parcerias da sua entidade, o seu papel tem sido sobretudo:

- Liderança do projeto
- Decisão partilhada entre parceiros
- Acolhimento / participação operacional
- Varia muito consoante o projeto

14. A integração na Rede contribuiu para aumentar a circulação artística – programada pela sua entidade - para além do território habitual da sua entidade?

Escala:

- 1 – Diminuiu significativamente
- 2 – Diminuiu ligeiramente
- 3 – Não se alterou
- 4 – Aumentou moderadamente
- 5 – Aumentou significativamente
- 6 – Não sei avaliar

15. Quando a sua entidade desenvolve parcerias no âmbito da RTCP, estas ocorrem sobretudo com entidades localizadas em:



- Municípios próximos / da mesma região
- Outras regiões do país
- Grandes centros urbanos
- Territórios de baixa densidade
- Varia muito consoante o projeto

SECÇÃO 3 – Efeitos da RTCP na capacidade das entidades

Para além da cooperação, a RTCP tem contribuído para reforçar a capacidade técnica e programática das entidades, ainda que de forma desigual. Esta secção procura perceber se esses efeitos são reconhecidos no terreno.

16. A RTCP contribuiu para alguma das seguintes mudanças na sua entidade?

(resposta múltipla)

- Maior estabilidade das equipas
- Reforço de competências técnicas (produção, mediação, comunicação, etc.)
- Maior previsibilidade financeira
- Não se verificaram mudanças relevantes

17. Na sua perceção, estas mudanças estão diretamente associadas à integração na RTCP?

- Sim, de forma semelhante
- Sim, mas de forma mais lenta
- Não, dificilmente teriam ocorrido
- Teriam ocorrido de qualquer forma
- Não sei avaliar

18. A integração na RTCP influenciou de alguma forma os critérios de programação artística da sua entidade?

(pode escolher mais do que uma opção)

- Sim, ampliou a diversidade da programação
- Sim, introduziu novos critérios institucionais na programação
- Sim, melhorou a capacidade de planear a programação com maior antecedência
- Sim, incentivou a realização de coproduções ou circulação artística
- Reduziu a margem de experimentação artística
- Não alterou os critérios de programação
- Não sei avaliar



19. Desde a integração na RTCP, como se alterou a relação entre a sua entidade e o município?

- 1 – Deteriorou-se significativamente
- 2 – Deteriorou-se ligeiramente
- 3 – Não se alterou
- 4 – Melhorou ligeiramente
- 5 – Melhorou significativamente
- 6 – Não sei avaliar

20. A integração na RTCP teve algum impacto nos seguintes aspetos da relação com o município.

Selecionar no máximo 2 opções (as mais relevantes)

- Nível de financiamento municipal para programação
- Grau de autonomia na definição da programação
- Alinhamento estratégico entre entidade e município
- Reconhecimento institucional por parte do município
- Outro? Qual _____
- Não teve impacto

SECÇÃO 4 – Financiamento e assimetrias

As atuais assimetrias entre entidades apoiadas e não apoiadas são um desafio para o reforço do funcionamento em rede da RTCP. As questões seguintes procuram recolher perceções sobre estes aspetos e sobre caminhos possíveis de evolução.

21. Em média, o financiamento da DGArtes represente cerca de 39% das despesas das entidades apoiadas.

No caso da sua entidade, diria que este valor é:

- Inferior à realidade
- Aproximado
- Superior à realidade
- Não sei / prefiro não responder

22. As diferenças entre entidades apoiadas e não apoiadas afetam, na sua opinião, o funcionamento global da RTCP?



Escala:

- 1 – Não afetam
- 2 – Afetam muito pouco
- 3 – Afetam moderadamente
- 4 – Afetam de forma significativa
- 5 – Afetam de forma muito significativa
- 6 – Não sei avaliar

23. Em que domínios considera que essas diferenças têm maior impacto no funcionamento da RTCP?

Selecionar no máximo 2 opções

- Capacidade de programar com continuidade
- Participação em coproduções e parcerias
- Capacidade técnica das equipas
- Capacidade de liderar projetos em rede
- Equilíbrio territorial da Rede
- Capacidade de atrair artistas/programadores externos
- Visibilidade nacional/internacional
- Não sei / não se aplica

24. Na sua opinião, a RTCP contribuiu para reduzir desigualdades territoriais no acesso à oferta cultural?

Escala:

- 1 – Contribuiu de forma muito significativa
- 2 – Contribuiu de forma significativa
- 3 – Contribuiu de forma moderada
- 4 – Contribuiu de forma reduzida
- 5 – Não contribuiu
- 6 – Não sei avaliar

25. Na sua perceção, a integração na RTCP teve impacto nos públicos da sua entidade?

Escala

- 1 – Nenhum efeito



- 2 – Efeito reduzido
- 3 – Efeito moderado
- 4 – Efeito significativo
- 5 – Efeito muito significativo
- 6 – Não sei avaliar

Itens:

- Número total de espectadores
- Diversificação de públicos
- Participação de públicos jovens/escolares
- Captação de novos públicos (que não frequentavam anteriormente)
- Frequência cultural no território
- Outro? Qual? _____

SECÇÃO 5 – Futuro da rede

Esta última secção procura identificar dimensões do funcionamento da RTCP que, na perspetiva das entidades, não são plenamente respondidas pelo modelo atual da política pública, contribuindo para refletir sobre ajustamentos e medidas complementares.

26. Em que domínios considera que o modelo atual da RTCP apresenta maiores limitações?

- Adequação às diferentes escalas e capacidades das entidades
- Promoção da inovação artística
- Criação de cooperação efetiva e continuada
- Articulação entre entidades, municípios e DGArtes
- Acompanhamento e monitorização da Rede
- Não identifico limitações relevantes

27. Para reforçar a RTCP enquanto rede, o que considera mais importante?

(escolha até 2 opções)

- Incentivos específicos à cooperação intermunicipal/inter-regional
- Mecanismos mais claros de articulação entre entidades
- Mais apoio à capacitação técnica
- Simplificação de procedimentos administrativos
- Maior flexibilidade nos modelos de programação



28. Considera que a RTCP beneficiaria da criação de instrumentos complementares que atualmente não existem? Quais?

- Mecanismos de coordenação da Rede
- Instrumentos de acompanhamento e monitorização
- Espaços de aprendizagem e partilha entre entidades
- Clareza na articulação entre DGArtes, municípios e entidades
- Outros (opcional): _____
- Não identifico limitações relevantes

29. Se o apoio da RTCP cessasse, a sua entidade conseguiria manter o nível atual de programação?

Escala:

- 1 – Sim, sem alterações relevantes
- 2 – Sim, com pequenas adaptações
- 3 – Sim, mas com redução moderada da programação
- 4 – Sim, mas com redução significativa da programação
- 5 – Não conseguiria manter o nível atual de programação
- 6 – Não sei avaliar

30. Na sua perceção, em que medida a sua entidade consegue influenciar a definição das orientações ou prioridades da RTCP?

Escala:

- 1 – Nenhuma influência
- 2 – Influência reduzida
- 3 – Influência moderada
- 4 – Influência significativa
- 5 – Influência muito significativa
- 6 – Não sei avaliar

31. Se pudesse alterar um aspeto estrutural da RTCP, qual seria?

Pergunta aberta



ANEXO IV – Matriz de triangulação analítica

Dimensão de análise	Dados administrativos/documentais	Questionário	Entrevistas	Leitura integrada
Caracterização e evolução da Rede	Número de ECC, distribuição territorial, ciclos de credenciação e apoio.	Perceções sobre reconhecimento e integração na Rede.	Sentidos atribuídos à credenciação, reconhecimento e visibilidade.	A RTCP é uma infraestrutura territorial de reconhecimento e acesso cultural.
Financiamento e capacidades	Apoios por concurso, modalidades, peso do financiamento e diferenças entre apoiados/não apoiados.	Perceções sobre estabilidade, programação e mudanças organizacionais.	Efeitos sobre risco artístico, proteção institucional e fragilidades persistentes.	O financiamento é condição de escala, mas não garante por si só sustentabilidade.
Cooperação e circulação	Parcerias declaradas, coproduções, artistas em circulação e padrões territoriais.	Perceções sobre aumento de cooperação e circulação.	Mecanismos que limitam cooperação efetiva: agendas, equipas, proximidade, incentivos e escassez.	A Rede produz cooperação formal; a cooperação efetiva exige instrumentos adicionais.
Assimetrias	Diferenças territoriais, organizacionais, disciplinares e de acesso a apoio.	Perceções diferenciadas segundo capacidade e localização.	Risco de reprodução de vantagens acumuladas e Rede a duas velocidades.	A RTCP corrige desigualdades, mas precisa de critérios proporcionais.
Sustentabilidade	Relatórios anuais, equipas, programação e instrumentos de acompanhamento.	Perceções sobre recursos, influência e desenvolvimento futuro.	Necessidade de capacidade orgânica, sustentabilidade laboral, mediação e autonomia.	A próxima fase deve ser uma política de segunda geração.

ANEXO V – Perfis analíticos das entrevistas

Perfil analítico	Contributo interpretativo principal
Administração/coordenador da política	Evidencia a complexidade crescente da RTCP, a necessidade de capacidade orgânica dedicada e a tensão entre gestão administrativa e metagovernança cultural.
Responsáveis locais e municípios	Mostram a importância do compromisso municipal, mas também a influência dos ciclos políticos, dos recursos locais e da autonomia programática.
Equipamentos apoiados e consolidados	Revelam que o financiamento reforça escala, continuidade, risco artístico e proteção perante instabilidade local.
Equipamentos credenciados sem apoio	Evidenciam o risco de reconhecimento formal sem capacidade material equivalente, exigindo acompanhamento específico.
Estruturas artísticas apoiadas	Mostram a RTCP como infraestrutura de visibilidade, contacto, circulação e acesso a programadores, sobretudo fora dos centros dominantes.
Agentes artísticos não apoiados	Chamam a atenção para riscos de fechamento, competição por oportunidades escassas e favorecimento cumulativo de entidades já apoiadas.
Perspetivas técnico-operacionais	Reforçam a importância de recursos humanos, comunicação, mediação, condições de trabalho, dados e acompanhamento próximo.